

**Políticas Públicas
de Esporte e Lazer na
Cidade do Rio Grande**

Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade do Rio Grande

Capa: José Antonio Vieira Flores

Preparação de Originais: Tatiana Teixeira Silveira

Manoel Luis Martins da Cruz

Mirella Pinto Valério

Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer

Méri Rosane Santos da Silva

Editoração, diagramação e arte-final: Artur Henrique Jeismann Martins

Impressão: Salisgraf Editora e Gráfica Ltda., 2009

P762 Políticas públicas de esporte e lazer na cidade do Rio Grande /
Organizadores, Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer...[et al.].–
Rio Grande : [s.n.], 2009.

92p. : il., 20,5 cm.

ISBN 978-85-7566-129-1

1. Esporte. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. 4. Município do Rio Grande. I. Hecktheuer, Luiz Felipe Alcântara. II. Cruz, Manoel Luis Martins da. III. Silva, Méri Rosane Santos da. IV. Valério, Mirella Pinto. V. Silveira, Tatiana Teixeira. VI. Título.

CDU 796

Bibliotecária responsável pela catalogação: Jovana S. Urruth – CRB 10/1228

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

PELO DIREITO AO LAZER

Victor Hugo Guimarães Rodrigues*

*Afinal cansou e tomou as folhas do dia,
três ou quatro, que ele lia devagar,
mastigando as idéias e as paixões.*

CONTO DE ESCOLA Machado De Assis

Com grande alegria recebi o convite dos professores de Educação Física da FURG, para fazer esta apresentação da coletânea de artigos que compõem este livro sobre esportes e lazer. Tal sentimento despertou a necessidade de devanear, voltado para a minha infância pessoal, tempo no qual o lazer e o ócio eram parte integrante da vida diária e a pensar sobre o direito que todos têm aos tempos e espaços públicos do lazer, como uma necessidade fundamental do homem contemporâneo, normalmente prisioneiro da lógica operacional do trabalho.

Desde pequeno, influenciado pelo pai, tio e avô, descobri o universo do trabalho. Achava normal que os filhos morassem com os pais, mesmo depois de casados. Como trabalhavam em suas oficinas, no espaço da mesma casa, bem próximos a mim, inicialmente acreditava que havia uma separação intransponível entre o mundo do trabalho e o mundo do lazer.

E, justamente, no sentido da ruptura deste limite que surge a figura de meu avô, profissional liberal que era, se permitia dormir cedo da noite e trabalhar durante toda a madrugada de segunda e terça-feira, até sentir-se satisfeito com seus ganhos da semana, quando então planejava seus ócios do dia.

No começo da manhã, como eu morava em casa contígua a sua, me convidava para tomarmos café preparado por ele, uma espécie de pequeno banquete composto por café com leite, pão francês, salaminho, ovo *pochet*, queijo lanche, *chimier*, manteiga e frutas. Após este agrado me convidava para “matar a aula”, com sua proposta de irmos pescar. Este programa de lazer era interrompido para o almoço e retomado na parte da tarde, quando, a caminho da pescaria, passávamos no bar para fazer um estoque de bolo inglês e guaraná.

No inverno e no verão, com chuva ou sol, íamos pescar, mesmo que passássemos o dia inteiro sem conseguir um peixe sequer. Algumas tardes eram substituídas também por preparar pandorgas, pipas, papagaios os quais soltávamos para experimentar os efeitos da aerodinâmica em tardes memoráveis de deleite infantil. Com este mestre do ócio e do trabalho, aprendi a perder tempo com o lazer. Quer dizer, a ganhar qualidade de tempo e de vida.

Com meus pais aprendi a apreciar um bom piquenique na beira de estrada e na praia, no qual compartilhamos o bem estar em família, diante da imensidão do Oceano Atlântico.

Lembro também, que no dia-a-dia da infância, fazíamos da Praça Tamandaré um lugar de brincadeiras infantis, subindo em árvores, no coreto, no monumento de Bento Gonçalves e, principalmente, no lugar reservado aos balanços, escorregadores, carrossel e outros brinquedos. Quando íamos na Praça Xavier Ferreira, brincávamos de esconder nas árvores com diferentes formatos, corríamos em volta do chafariz e contemplávamos os cisnes.

* Professor Doutor Associado I. Vice-Diretor do Instituto de Educação. Professor pesquisador do Instituto de Educação, do Mestrado de Educação Ambiental, do Curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do Grupo de Estudos Gaston Bachelard: Ciência e Arte (GIPGAB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Estética Onírica (NPEEO) e do Núcleo de Estudos do Lazer(NEL). E-mail: filosofonirico@yahoo.com.br

Em minha imaginação infantil achava que assim também eram as outras infâncias. Ou seja, que todas as outras crianças tinham o direito de brincar, tempos e espaços de lazer. No começo de minha adolescência e nos 10 anos que se seguiram, aprendi o sentido da cooperação, o prazer das viagens e dos acampamentos no movimento escoteiro, bem como a alegria dos quatro anos que vivi na Banda Marcial do Colégio Lemos Jr., onde misturava muitas vezes trabalho e lazer e, ainda, a dedicação pelo servir em tempo integral, nos mais diversos espaços.

Buscando fazer Psicanálise, através da graduação em Filosofia, comecei a compreender melhor os impasses da cultura, marcada por mundos desencantados e tempos sombrios. Não por acaso, me deparei com os livros que estavam na órbita de minhas inquietações, tais como: *Assim Falava Zarathustra*, de Friedrich Nietzsche; o *Mal estar na civilização*, de Sigmund Freud; *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de Karl Marx; *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber; *O Direito à Preguiça*, de Paul Lafargue; *O Ócio Criativo*, de Domenico De Masi. Através das obras desses autores, percebi que vivemos numa cultura, na qual o ócio e o lazer não são considerados um valor fundamental, para a grande parte da população. Pelo contrário, são percebidos como pecado, “coisa de malandro”, “vagabundagem”, desejo de “vadiagem”. Podem também ser compreendidos como um privilégio e uma dádiva, reservada a poucos.

Numa cultura que ainda acredita que “tem de ocupar a cabeça para não pensar bobagem”, que “a cabeça desocupada é instrumento do demônio”, não é possível pensar o lazer, ou parece um crime perguntar: quando são as férias? Pensar o lazer significa sonhar e anunciar a possibilidade de uma nova cultura, onde o lazer seja necessário.

Nessa direção, a tendência de pensar os espaços públicos de lazer parece, à primeira vista, um contra-senso, dentro do senso comum, que busca referenciar-se através do trabalho e da ocupação para as massas e seu exército ocupacional de reserva, como mão-de-obra farta e disponível, para se vender a qualquer preço, para quem der o menor lance.

Parece mesmo um contra-senso, uma óbvia constatação do despropósito de trazer o tema do lazer, principalmente com relação aos espaços públicos e com as políticas públicas do lazer para os deserdados do capital. Porém, é justamente a partir deste despropósito e desta obviedade paralisante que as novas utopias culturais colocam a necessidade de pensar. Aqui reside a propriedade das análises contidas nestes artigos que compõem esta coletânea e das propostas delas decorrentes.

Afinal! Lazer para quem? Lazer para que? Lazer como? Lazer onde? Lazer quando? Lazer com quem? Lazer como esporte? Lazer com fome? Estas perguntas que surgem quando o lazer é mostrado em sua importância, juntamente com o ócio, a utopia e o devaneio, não aprisionados à lógica do mercado. Tal como os demais temas correlatos, o lazer é um direito diário, mesmo dos desempregados.

Incorporamos estes valores de negação do lazer, em nossa vida diária, de modo que, quando não estamos fazendo uma atividade produtiva, nos sentimos culpados. Quando fui fazer mestrado e doutorado, percebi que é um sentimento comum entre meus colegas, para os quais todo o tempo livre tem de ser ocupado com o estudo e a produção textual.

Além disso, parece que um rastro de tristeza percorre a produção acadêmica, uma espécie de “glamour” que o sofrimento da produção textual tem de necessariamente ter e produzir. Como complemento destas atividades, a atividade docente é aquela na qual o trabalhador “leva o trabalho para casa”, e pode carregar junto o sentimento da docência como um fardo, como bem caracterizou Nietzsche ao descrever o espírito do camelo, no prólogo do *Zarathustra*.

Meu encontro com a obra de Gaston Bachelard, no doutorado, teve o sentido de uma libertação do sofrimento associado ao trabalho e de uma afirmação da necessidade do desejo de sonhar, pois na *Psicanálise do Fogo*, este ensina que “Foi na alegria, não na penúria, que o homem encontrou seu espírito. A conquista do supérfluo produz uma excitação espiritual maior que a conquista do necessário. O homem é uma criação do desejo, não uma criação da necessidade”.

Nos últimos anos encontrei alguns textos do filósofo Mokiti Okada, que enfatiza a importância de mudar a nossa forma de pensar e agir, pela necessidade de melhorar a natureza espiritual do homem, através da qual é possível construir um mundo melhor para se viver, quando, no *Pão nosso: o alimento do cotidiano*, afirma que: “Mesmo que se chegue a uma organização ideal, se o modo de pensar e agir de cada indivíduo estiver errado, não poderá ser administrado com eficiência e o resultado será a bancarrota. Portanto, a única forma de solucionarmos o problema é melhorar a natureza espiritual de cada indivíduo, ou seja, considerar que o homem é o ponto principal, e a organização a consequência”.

Ultimamente, na FURG, tenho tido a oportunidade de compartilhar de diversas experiências alegres com colegas e estudantes, no sentido de sonhar, pensar e agir, visando melhorar o ambiente, a qualidade de vida docente e das relações acadêmicas, de tal modo que tais atitudes possam ser ampliadas para toda a comunidade riograndina. Estamos aprendendo a importância do “cuidado de si”, visando o cuidado dos demais. Muito mais que um emprego, e trabalho (trabalium), é nossa escolha, nossa dedicação e nossa missão. Ou seja, como educadores, precisamos aprender a servir aos demais, com o objetivo de aprimorar a humanidade e melhorar a qualidade de vida no planeta.

Com o intuito de aproximar os espaços e tempos do lazer aos espaços e tempos do trabalho, foi criada a disciplina de Ecologia Onírica, no curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental e no curso de graduação em Oceanologia. Nessa disciplina ocorrem as Oficinas de Criação de Sonhadores, que são atividades de filosofia experimental, de intervenção estética onde procuramos despertar sonhos e despoluir as imagens interiores, tornando possível pensar os tempos e espaços de lazer como tempos e espaços de desejo de sonhar coletivamente, pois de nada adiantam os espaços e os tempos de lazer, se não mudamos nossa atitude diante do mundo, aprendendo a viver sem sofrimento. Enquanto presos à equação: tempo de lazer é igual a tempo de sofrimento, o lazer se torna mais um momento de angústia, aflição e perda de sentido da existência humana.

Por fim, Delícia! é como melhor posso definir esta coletânea de artigos. Nome de margarina, eles desceram macios e foram digeridos e assimilados com gosto. Enquanto estavam sendo lidos, escrevi este texto, que serve de apresentação. Espero que os futuros leitores experimentem e sintam a alegria que senti. Ou seja, como riograndinos, provem, gostem, apreciem e devam os mesmos, sem a menor moderação. Porém, como machadianos, leiam devagar, mastigando as idéias e as paixões.

SUMÁRIO

Políticas públicas de lazer em Rio Grande	07
A Cidade de Rio Grande	09
Definições acerca da temática	11
O lazer na atualidade: possibilidades de criação?	14
O desenvolvimento da pesquisa e seus resultados	18
1. Diretório Municipal do PMDB	20
2. SMTEL (Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer) ...	21
3. Jornal Agora	24
Considerações finais	29
Referências	31
Projeto Segundo Tempo: consolidando um modelo de política pública e de esporte	33
Introdução	35
Política Pública: uma breve análise	37
O espaço do esporte na sociedade contemporânea	40
O projeto Segundo Tempo em Rio Grande na perspectiva das políticas públicas	42
Considerações finais	51
Referências	52
Por uma política de educação física para a rede de ensino pública da cidade do Rio Grande	55
Introdução	57
Mapeamento das políticas de educação física e de esportes	61
Sobre os depoimentos dos professores de educação física	65
Outros caminhos	66
Referências	69
Levantamentos das políticas públicas de lazer para a terceira idade no município de Rio Grande-RS 1998 a 2007	73
Introdução	75
O lazer e os idosos	77
Legislação e direitos dos idosos	78
Os grupos de idosos no município	82
Divulgações referentes aos idosos no município	84
Considerações finais	86
Referências	87

**Políticas Públicas
de Lazer em
Rio Grande**

Políticas públicas de lazer em Rio Grande

Ana Bárbara Braga Brígido Bezerra¹, Edna Pastorino²,
Leonardo Costa da Cunha³, Manoel Luís Martins da Cruz⁴,
Mateus Trevisan França⁵, Tatiana Teixeira Silveira⁶.

Resumo: O presente artigo apresenta uma pesquisa que teve como objetivos: analisar as políticas de lazer existentes na Cidade do Rio Grande (RS), no período entre 1997 e 2008; avaliar os equipamentos públicos de lazer existentes na área urbana do município; mapear as áreas urbanas passíveis de serem transformadas em espaços de lazer; propor estratégias para atuação conjunta do Núcleo de Estudos do Lazer e a Prefeitura Municipal, visando à elaboração de políticas públicas setoriais de lazer. Essa pesquisa foi financiada pelo Ministério do Esporte e desenvolvida no Núcleo da Rede CEDES na FURG.

A cidade de Rio Grande

Fundada em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José de Silva Paes, Rio Grande (cidade mais antiga do Estado) foi beneficiada pela natureza, pois em seu território, ou próximo a ele, encontramos vários elementos naturais de rara beleza e grande potencial turístico, como a Laguna dos Patos, a Praia do Cassino (que a partir de Rio Grande se estende por 248 km até a Barra do Chuí), um conjunto de ilhas na entrada da Laguna, a Estação Ecológica do Taim, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. E, fugindo à natureza, Rio Grande também possui um patrimônio arquitetônico de valor já reconhecido, embora com a descoberta tardia da necessidade de sua preservação, bem como um conjunto de museus que dão aos visitantes boas oportunidades para melhor conhecerem esta cidade.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física/FURG, bolsista Rede Cedes/Ministério do Esporte.

² Professora Substituta do Departamento de Geociências/FURG.

³ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física/FURG, bolsista Rede Cedes/Ministério do Esporte.

⁴ Professor do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento/FURG, Mestre em Educação e Cultura.

⁵ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física/FURG, bolsista Rede Cedes/Ministério do Esporte.

⁶ Professora do Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati/FURG, Mestre em Educação.

Por sua localização estratégica para a navegação marítima no cone sul, Rio Grande foi palco, ainda no século XVIII, de ferrenhas disputas entre portugueses e espanhóis, o que lhe conferiu uma formação histórica de luta e resistência, acentuada séculos mais tarde com a instalação de grandes indústrias e ferrovias que vieram em face do potencial portuário e do grande estoque pesqueiro então existente. Esse crescimento industrial foi impulsionado por grandes indústrias têxteis e depois por empresas do ramo da alimentação e da química (fertilizantes principalmente) – considerem-se as criações da primeira refinaria de petróleo do país e as indústrias pesqueiras que, nos anos 60 e 70 do século passado, conferiram à cidade a condição de produzir 20% de todo o pescado industrializado no país. A construção do Super Porto possibilitou, ao longo do tempo, variados níveis de oferta de empregos que atraíram milhares de pessoas da metade sul do Estado, que vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Mas a tradição de luta e resistência, construída no início da sua história e reafirmada nas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores na primeira metade do século XX até a primeira metade da década de 60, foi interrompida pelo golpe militar de 1964, que perseguiu e banuiu os seus opositores e desarticulou, como podemos hoje perceber, a memória da Cidade. Rio Grande foi transformada em Área de Segurança Nacional; não mais se elegiam os prefeitos, pois a ditadura os indicava. Os sindicalistas foram perseguidos, os sindicatos desarticulados, suas direções foram cooptadas ou foram desmanteladas. A Cidade, como o país inteiro, sofreu um processo de *apagamento* de sua memória.

Assim como na esfera política e econômica, na esfera social também foram sentidos os efeitos da mudança. Rio Grande, berço do basquetebol no Rio Grande do Sul, cenário das grandes corridas de rua, das provas de remo e natação, dos clubes de futebol, do *futebol de salão*, do vôlei e do handebol e suas grandes disputas que lotavam os estádios e os ginásios; dos grandes cinemas e teatros; berço de grandes artistas; terra do clube de futebol mais antigo do Brasil, vive hoje um *esvaziamento cultural* que causa perplexidade aos que conhecem sua história e algum desânimo aos que ainda sonham com dias melhores. As poucas e as melhores opções de lazer estão reservadas aos que têm maior poder aquisitivo.

Sem medo de errar, podemos dizer que há um distanciamento entre a cidade e os seus habitantes, pois há restrições de várias ordens que impedem boa parte dos moradores vivenciarem Rio Grande plenamente,

usufruindo, ao longo de suas vidas, das belezas naturais e daquelas construídas por cada cultura que aqui aportou ao longo de sua história.

A pesquisa retratada neste artigo buscou, ao analisar as políticas públicas de lazer, identificar possíveis causas e confirmar ou refutar o alegado distanciamento entre os moradores e a cidade. Nessa trajetória, trabalhamos na perspectiva de estabelecer um conjunto de pressupostos que orientaram nosso olhar sobre o material encontrado no desenvolvimento da pesquisa e a temática do lazer.

Definições acerca da temática

Pesquisar ações públicas no que diz respeito ao lazer torna-se complexo porque temos de decifrar o significado que as administrações da cidade de Rio Grande atribuíram ao tema no período (1997-2008) analisado pelo Núcleo de Estudos do Lazer/FURG⁷.

Compreendemos que as ações de órgãos públicos, para possibilitar o acesso ao lazer, devem partir de diversas direções. Não bastam a criação e a manutenção de espaços para o lazer — o que já seria um bom movimento para o setor — mas sim uma interação entre outros setores, tais como: transporte coletivo, segurança pública, reorganização do tempo de trabalho, todos em atendimento ao direito social, previsto na Constituição, de acesso ao lazer e não para favorecimento do mercado e do acúmulo de capital.

Aproximar o poder público da população, ou possibilitar que as comunidades se organizem de forma autônoma para que possam, em conjunto, definir suas metas, é uma tarefa que, via de regra, não interessa de imediato às administrações públicas. Caberia, no caso de uma prefeitura municipal, a constituição de um corpo técnico multidisciplinar⁸, reunindo profissionais de várias áreas, para propor políticas setoriais e formar técnicos e lideranças comunitárias para atuarem no planejamento e execução de políticas públicas setoriais de lazer.

⁷ Criado em 2006, o Núcleo de Estudos do Lazer é um espaço de reflexão acerca das temáticas do lazer, seus limites e possibilidades, formado por professores e acadêmicos de Educação Física da FURG. A temática do lazer, tão presente no Brasil a partir dos anos 80 do século passado, ainda é carente de reflexões acerca do seu enraizamento como fenômeno e práticas sociais. Trabalhamos para difundir o lazer como direito constitucional e atividade humana essencial, portanto, merecedor de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas setoriais voltadas ao atendimento das necessidades das populações das cidades.

⁸ Para mais, ver: MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas Públicas Setoriais de Lazer. Campinas: Autores Associados, 1996.

Pesquisar as ações públicas relativas ao lazer tornou-se um desafio, o de produzir conhecimento sobre um tema que constantemente envolve o debate sobre o próprio capitalismo e seus limites para a realização humana. Neste campo situamos o debate sobre a necessária capacidade emancipatória que devemos desenvolver e, ao mesmo tempo, sobre os limites que o capital nos impõe através da mídia massiva, fortalecendo a cultura do individualismo. Somam-se a isso as condições objetivas de sobrevivência que colocam os trabalhadores à mercê dos interesses do grande capital, deixando-os na condição de se verem obrigados a abrir mão de conquistas sociais para garantir seu emprego e as mínimas condições de sobrevivência. Completa-se este quadro com a demolição das culturas nacionais e a tentativa de homogeneizar as culturas em torno do pensamento único dos atuais controladores do mundo.

A política pública deveria ir ao encontro das expectativas de resgatar conhecimentos e valores perdidos ou esquecidos ao longo dos caminhos, e mais ainda àquilo que conhecemos hoje por lazer, ou ao que se aproxima do sentido dado, na Antigüidade, ao ócio⁹.

Nosso esforço é contra o senso comum da lógica do mercado de trabalho, em que cada um deve somente preocupar-se em trabalhar, abrindo mão de direitos arduamente adquiridos em detrimento dos seus anseios e desejos, como influência direta da dinâmica capitalista. Queremos discutir, no âmbito institucional, sem a interferência do capital e/ou das burocracias e dos administradores, o lazer e seu caráter potencial de contribuição para a mudança.

Através do Núcleo, objetivamos definir um significado para políticas públicas setoriais de lazer e levar à população e às administrações públicas nossas compreensões e contribuições, vislumbrando, nessa ampliação de sentidos, a possibilidade de agregar cada vez mais conhecimentos de outras áreas de estudo, para então podermos estender nossa participação e abranger novas ações.

A expressão política pública de lazer, por si só, demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer. Para Marco Paulo Sttiger (1998, p.84), que trabalhou na administração de parques e praças em Porto Alegre, na primeira gestão da

⁹ Para mais, ver: RUSSELL, Bertrand. O elogio ao ócio. Rio de Janeiro: Sextante, 2002 e SALIS, Viktor. Ócio Criador, trabalho e saúde: lições da antigüidade para a conquista de uma vida mais plena em nossos dias. São Paulo: Claridade, 2004.

Frente Popular (1989-1992), “quando o assunto é políticas públicas, se está falando de um determinado tipo de intervenção (...) que, necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político-ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas”.

Assim, com o intuito de elucidar o entendimento do que seja uma política pública de lazer, cabe esclarecer desde logo que não se tratará genericamente sobre lazer, sobre público ou sobre política. Nossa referência será uma concepção de política diferente daquela que foi construída pelas elites brasileiras, que incutiram no senso comum a noção de que política é uma atividade nefasta, mas necessária, que corrompe e que, por ser muito complexa, exige a ação de especialistas: os políticos. Da mesma forma, no que diz respeito ao que é público, ou no referente à relação entre Estado e Sociedade, partimos da compreensão de que o Estado que temos precisa tornar-se efetivamente público, ou seja, que os governos precisam pensar na desprivatização do Estado e atuarem no sentido da publicização dos planos e das ações, isso entendido como a criação efetiva de mecanismos eficazes de controle do Estado e dos governos pela sociedade.

Finalmente, eis o objeto das políticas públicas em discussão – o lazer. Não esse lazer com dia, hora, atividades e local marcado. Não o lazer para combater o estresse de um dia exaustivo de trabalho que se repetirá no amanhecer seguinte. Nem o lazer que pode ser usufruído pelos poucos brasileiros que chegam ou que poderão chegar à aposentadoria em condições de saúde para, então, gozarem a vida. Trata-se, pois, de compreender *o lazer como uma demanda social de primeira necessidade*.

Significa compreendermos o lazer realmente como um direito social, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações, pois, como bem lembrou-nos Milton Santos apud Pellegrin (1996, p.32), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais”.

Analisando a trajetória das políticas sociais e o Estado Moderno, Meily Assbú Linhales (1998, p.72-73) aponta que

o conteúdo de uma política social, bem como as responsabilidades para sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado que, em outros termos, significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão

sustentação. Estes, por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos.

Nesse sentido, defendemos que a discussão sobre políticas públicas de lazer se dê a partir de alguns critérios, tais como: a compreensão do lazer como “cultura vivenciada no tempo disponível” (Marcellino, 1996, p. 2) – o que implica espaços, tempo e condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir, e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades na sua elaboração.

A partir dessas preliminares, é possível começar a vislumbrar algumas relações estabelecidas, no que diz respeito às políticas públicas de lazer, entre Estado e Sociedade, tais como o tempo e o espaço de lazer nas cidades e as suas culturas.

No mesmo sentido da necessidade de repensar as políticas de lazer para além dos calendários de eventos e das possibilidades legais do poder público — como no caso da jornada de trabalho —, vale observação de Marcellino (1996, p.28), quando diz que

considerar os limites da Administração Pública Municipal significa levar em conta que a questão do lazer só pode ser entendida na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos municipais, como jornada de trabalho e ocupação do solo urbano, por exemplo, o que requer, no âmbito municipal, incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil.

O lazer na atualidade: possibilidades de criação?

É importante em nível teórico apontar um fenômeno que vem sendo estudado por vários autores, denominado como *esvaziamento do espaço público*¹⁰. Torna-se imprescindível a realização de discussões a respeito dessa característica, visto que o espaço e o tempo da vida humana passam pela discussão do público e do privado, essa espécie de perda da visibilidade da história social humana. Ou seja, onde estamos? A vida humana resume-se ao indivíduo com seus próprios medos, receios, com sua própria intimidade?

¹⁰ Para mais, ver: IENO NETO, Genaro. O esvaziamento do espaço público - Sennett e Auge: resenha. RBSE, v.1, n.3, pp.442-461, João Pessoa, GREM, dezembro de 2002.

Ieno Neto (2002) nos apresenta uma resenha na qual aparece a discussão em torno do esvaziamento do espaço público e a exacerbação da vida privada, defendida por Richard Sennett¹¹, quando afirma que na atualidade existe uma obsessão pela individualidade, em prejuízo das relações sociais. É possível fazer uma ligação com Marc Augé (1994) quando ele descreve em seu livro *Não-lugares: uma introdução a antropologia da supermodernidade* que a experiência do indivíduo é a de colocar-se como espectador solitário em relação ao mundo, mas vivendo no interior desse próprio mundo. Ou seja, o indivíduo está sempre de passagem, é um viajante, com sentimento de expatriação, conectado com a aceleração da história, com a superabundância de fatos e informações, o indivíduo sabe cada vez menos onde está. Como ver tudo? Para onde está indo? O que está fazendo ali?

Portanto, espaço e tempo são considerados como dimensões indissociáveis para as reflexões sobre a relação entre a dimensão pública e privada da vida humana. Esta constatação, além de se referir a princípios metodológicos adotados por esses autores, indica que há uma busca de tentar lidar com a questão do sentido da história humana, ou seja, de, ao analisar o passado, propor o que se fazer hoje, em função do que se deseja do amanhã. Parece que, para esses autores, a percepção do declínio do espaço público e a conseqüente supervalorização do indivíduo e sua intimidade produz uma perplexidade que reflete a perda de sentido da história social humana, para a grande maioria das pessoas. Frente à irracionalidade do indivíduo em si mesmo, fechado na intimidade de seu espaço privado, incapaz de produzir sentido para a sua existência na relação com outros indivíduos e com o mundo, é necessário enfrentar o desafio de analisar, para denunciar, os riscos humanos dessa perda de sentido que a irracionalidade intimista provoca. Além disso, é necessário também, para esses autores, apontar novos sentidos possíveis, que a análise histórica pode subsidiar, mesmo que de forma insuficiente no momento, pois ainda não conseguimos ver direito onde estamos e, portanto, para onde poderemos ir. (IENO NETO, 2002, p. 443).

Esses dois autores contribuem na discussão atual na medida em que questionam os espaços de consumo. Quando se pretende discutir o lazer aponta-se para a necessidade de pensar como acontecem as relações entre o

¹¹ Para mais, ver: SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

humano, o excesso de informações e as oportunidades quanto ao privado, valorizando demasiadamente esse espaço e suprimindo o público do tempo da vida humana. Onde são realizadas as políticas públicas de esporte e lazer em cidades de médio porte, como a cidade do Rio Grande? Os espaços públicos são considerados? Existem esses espaços para a prática de lazer? Como é tratado o acesso a essa prática social num mundo onde existe uma obsessão pela pessoa?

Sobre o espaço¹², caminhando pelas cidades, é possível lembrar o que havia nos lugares hoje preenchidos por grandes condomínios, estacionamentos, lojas e outras edificações. Vale lembrar que os espaços que eram utilizados pelo público, como praias, locais de piquenique e campos de futebol que, hoje, são instrumentos do lucro de alguns poucos, que se utilizam da avalanche de consumo para o lazer e se apropriam do que antes era de uso público, mas hoje é reservado para privilégio de poucos.

Como os governos municipais reagem diante da especulação imobiliária? Como são tratados os poucos espaços urbanos ainda existentes e preservados apenas como reserva de capital?

A população teria que intervir organizadamente nas questões relativas ao espaço da cidade porque nem sempre, como bem nos lembra Pellegrin (1996, p.35), a administração municipal está ciente “do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço do lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária. A própria valorização da rua enquanto espaço do lazer é uma questão para o poder público”.

Em poucos casos pode-se verificar uma contraposição às ofertas da *indústria cultural*¹³ mas, infelizmente, isso não é a regra. O que prevalece, ainda, na maioria dos casos é que “a ausência de projetos políticos democráticos e fundamentalmente igualitários para esses setores¹⁴ (educação física, esporte e lazer) tem sido uma constante em sua trajetória política, facilitando, inclusive, o trânsito dos interesses que defendem o caminho da seleção, da exclusão e dos particularismos” (Linhales apud Linhales, 1998, p.79).

¹² Um exemplo notável em nossa cidade a respeito dessa questão é o caso do “estádio do Lemos”, ou, da polêmica apropriação pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, da área onde outrora existia o Estádio Ruy Barbosa, uma praça de esportes localizada bem próxima ao centro da cidade, em tese de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, para ali construir o prédio da Escola Municipal de E. F. Helena Small.

¹³ Para mais, ver: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

¹⁴ Na cidade do Rio Grande foi criada, em 08 de dezembro de 2005 (Lei nº6182), a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer. E, em janeiro de 2007, foi criado o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, do qual dois professores de nosso Núcleo fizeram parte representando a FURG nas discussões sobre esporte e lazer no município.

No mesmo sentido, Sttiger (1998, p.91) revela que, “em detrimento ao investimento em espaços/praças públicas de lazer (esportivas e/ou não), à sustentação de quadros profissionais ligados ao lazer comunitário, ao apoio aos pequenos eventos locais e à formação humanística dos profissionais que atuam no âmbito do lazer”, em muitos casos, o que ocorre é o privilégio à visão que defende, por exemplo,

o direcionamento dos recursos humanos, físicos e materiais (que são públicos), prioritariamente, entre outras ações: para a construção e manutenção de ginásios esportivos destinados ao espetáculo e ao treinamento de equipes; ao pagamento de salários a técnicos de representações municipais; à realização de grandes eventos esportivos com a tônica na competição; à realização de cursos de formação de treinadores.

Esse tipo de ação, recém citado por Sttiger, é um claro exemplo de política pública voltada para a *desincumbência* do poder público com uma discussão mais ampla acerca das questões referentes ao lazer, pois se limita a reproduzir uma concepção restrita de lazer que confunde um conteúdo, no caso o esporte, com o próprio lazer e, mais grave ainda, remete a simplificação do fenômeno esportivo a uma de suas manifestações, justamente àquela forjada enquanto um produto valioso da *indústria cultural*, o esporte de alto rendimento, o espetáculo esportivo.

Ainda em relação a espaços públicos de lazer, outro aspecto a observar é o estado de conservação dos parques, praças, jardins, bibliotecas, salas de exibição e outros equipamentos destinados ao lazer nas cidades¹⁵.

Assim, *política cultural* passa a ser simplesmente o apoio a empreendimentos artísticos, espetáculos musicais, peças teatrais ou exposições de artes plásticas. O investimento em esporte (via de regra no esporte de rendimento) torna-se *política de lazer*. E, em última instância, ocorre uma estratégia retirada do Estado: deixemos a promoção da cultura e do lazer para quem entende do assunto. Assim, o caminho está aberto aos empreendedores, aos *profissionais da área*, que transformam o lazer em uma indústria rentável, um negócio, destruindo ou descaracterizando culturas, impondo valores e provocando uma criminosa tentativa de homogeneização cultural que atende, em primeiro lugar, aos interesses do capital.

¹⁵ Existem 14 museus e 45 praças na área urbana do município de Rio Grande, segundo a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Gostaríamos, também, de resgatar a necessidade de identificarmos a intenção do poder público no concernente às políticas públicas, pois como disse Freitag apud Marcellino, a problemática da política pública em países da periferia do capitalismo deve ser vista “em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro” (1996, p.33).

Pensando em contribuir no segundo sentido apontado por Freitag e visando à contribuir para o desenvolvimento da Cidade a partir do resgate de sua *história cultural* outrora vibrante, propusemo-nos a investigar, avaliar, dialogar, propor caminhos e contribuir com a administração municipal na elaboração de políticas públicas de lazer. E por isso nos impusemos alguns questionamentos, entre eles: quem são as pessoas que freqüentam os espaços de lazer? Quem pode ir aos cinemas, teatros, museus? Quem pode ir à *Maior Praia do Mundo*? Que fatores impedem o acesso ao lazer?

Quando traçamos uma problemática que irá abarcar diferentes espaços destinados a essas práticas, também questionamos como está localizado e organizado esse mesmo espaço. Quem o ocupa? Como é ocupado? Ainda é possível ocupá-lo para uso coletivo da população? Quanto ainda restam de áreas públicas? As pessoas estão cientes da existência destes espaços ainda públicos?

Pensando a partir da discussão entre trabalho e lazer, podemos ainda questionar: quem controla o nosso tempo? Temos tempo disponível para vivências do lazer? Temos o direito a esse tempo? Os debates sobre lazer e esporte podem contribuir para que parcelas da população rio-grandina se apropriem dessas (e de outras) reflexões?

O desenvolvimento da pesquisa e seus resultados

A pesquisa partiu de alguns pressupostos, entre eles os que definem o governo do município como sendo o ente público responsável primeiro por apresentar e executar um conjunto de ações, que constituirão sua política para um determinado setor, no caso o lazer. Da mesma forma situamos o lazer no campo dos direitos sociais expressamente assentados na

Constituição Federal¹⁶ de nosso país e como atividade humana essencial – portanto, merecedora de atenção pelo poder público, especialmente das prefeituras municipais. No entanto, ao vislumbrarmos o lazer como essencial queremos situá-lo, do ponto de vista das pessoas, como ação voluntária, prazerosa e não-obrigatória. Não temos acordo com o lazer oferecido com dia e hora marcados e não raras vezes, o lazer colocado como atividade para os aposentados ou para as crianças. Compreendemos o lazer como componente necessário à vida diária de todas as pessoas que dedicam parte (cada vez maior) de sua vida ao trabalho.

Cumpre também destacar o entendimento que uma política pública setorial pode e merece ser amplamente discutida com a comunidade, envolvendo-a nos processos de estudo, formação, execução e avaliação das ações. Reafirmamos a necessidade do poder público abrir-se à participação popular, democratizando as instâncias de decisão, repartindo responsabilidades e proporcionando o crescimento da organização popular.

Importou-nos, portanto, não somente avaliar as ações do poder executivo municipal, direcionadas ao cumprimento das leis maiores, federal, estadual e municipal, senão que, para além disso, interessa-nos dar visibilidade às iniciativas da Prefeitura Municipal¹⁷ que correspondam aos pressupostos anunciados acima.

A partir do esforço em responder a estas questões, pudemos observar um evidente distanciamento entre a Cidade e os seus habitantes, pois existem restrições de várias ordens que impedem à boa parte dos moradores terem acesso ao que seriam espaços de lazer, entre eles as belezas naturais do município e mesmo ao que podemos caracterizar como equipamento público de lazer¹⁸.

A pesquisa desenvolveu-se de novembro de 2006 até novembro de 2007, com a perspectiva de continuação de coleta de dados que auxiliarão

¹⁶ Capítulo II - Dos Direitos Sociais - Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

¹⁷ Para atingir os objetivos desta pesquisa, buscamos as propostas dos governos municipais da Cidade do Rio Grande (1997-2008) e suas ações direcionadas para o lazer. Analisamos as propostas e ações desenvolvidas ao longo das três gestões sucessivas (Wilson Branco, Fábio Branco e Janir Branco). Para dar consequência aos objetivos, formulamos questões que orientassem nossas buscas por informações, a saber: *Foram identificadas iniciativas passíveis de caracterização como políticas públicas setoriais de lazer? Nessas iniciativas da PMRG há alguma intenção aparente em disputar o tempo disponível dos trabalhadores urbanos? As propostas setoriais de lazer estão conectadas com as demais políticas setoriais? Que conceito de lazer podemos extrair das propostas da PMRG? É possível identificar nas ações setoriais para o lazer preocupação com a manutenção e/ou ampliação de espaços públicos destinados ao lazer? Há proposta de participação popular na formulação das políticas públicas setoriais de lazer, por parte da PMRG?*

¹⁸ Para mais, ver: MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996b.

nosso próximo estudo. Durante esse período, foram coletadas informações em diferentes locais que delimitaram nosso objetivo principal, ou seja, mapear as políticas públicas setoriais de lazer na Cidade do Rio Grande. Buscamos informações junto ao principal partido político de sustentação dos governos municipais, na Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer e no principal órgão da mídia escrita na cidade do Rio Grande.

1. Diretório Municipal do PMDB

Em nossa ida ao PMDB, partido responsável pelas três gestões que delimitam nosso estudo, recebemos um único documento, um informativo intitulado “*Navegar é preciso*”¹⁹, que traz algumas notícias sobre obras e a implantação de projetos no primeiro ano de mandato do atual prefeito. E, apesar dos esforços para esclarecer do que se tratava, mais nenhum documento ou informação nos foi fornecido.

Saímos com a sensação de que a compreensão do Partido acerca da temática que discutimos é absolutamente restrita, senão inexistente. O que nos levou a questionar se houve alguma preparação a respeito do tema de forma a subsidiar as candidaturas e posteriormente o governo municipal com vistas à formulação de uma proposta de políticas públicas de lazer para a cidade.

Em busca de outras fontes, pudemos verificar a ausência desse objetivo também em uma matéria do Jornal Agora, em que foram apresentadas as prioridades dos candidatos a prefeito do Rio Grande em 2004, sob o título “*As prioridades dos candidatos à majoritária*”. Na referida matéria, de 04 e 05 de setembro de 2004, nada consta relativo ao lazer. Infelizmente, no diretório do partido não obtivemos mais qualquer documentação que pudesse contribuir para o aprofundamento da análise no sentido de referendar ou não nossa avaliação acerca das aparentes incompreensões sobre lazer no material a que tivemos acesso.

¹⁹ Informativo do Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB da Cidade do Rio Grande – RS). Edição Especial. Janeiro de 2006. 5.000 exemplares.

2. SMTEL (*Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer*).

Nossa visita²⁰ à Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer, aconteceu em virtude de sua recente criação e pelo fato de ela, em tese, ser o órgão municipal responsável pela elaboração e execução das políticas públicas setoriais de lazer para a cidade.

Superado o impasse inicial a respeito de qual documentação²¹ seria disponibilizada, foram-nos repassados para análise e cópia os seguintes documentos: “Projeto Bairros em Movimento 2003/2004/2005”; “Projeto Módulos Esportivos nos Bairros”; e “Justificativa da criação da Secretaria de Esportes e Lazer”.

A análise dessa documentação foi fundamentada naquilo que já apresentamos anteriormente como compreensão de política, de público e de lazer.

Partimos da compreensão de que o Estado precisa tornar-se efetivamente público, ou seja, é preciso que se *publicizem* planos e ações. Inclusive, quando se fala de políticas públicas trata-se de intervenção numa determinada direção, que trate o lazer como uma demanda social de primeira necessidade, como direito social que lhe é atribuído.

O que se pode perceber na análise da documentação disponibilizada são alguns pontos considerados, no mínimo, complexos para serem apontados pela SMTEL como política pública setorial de lazer. Vejamos:

1. Restrição acentuada do lazer ao esporte: essa visão é freqüente nas administrações que elaboram políticas públicas de lazer, ou seja, a partir do momento em que existe um conteúdo como o esporte, para elas, existiria também lazer. Esse entendimento limita a concepção de lazer e reduz o fenômeno esportivo a uma de suas manifestações, o esporte de rendimento, ou ainda, trata a questão do esporte não formal como espaço de lazer, o que

²⁰ Antecederam nossa visita vários contatos com a secretaria e o envio de um ofício para o Secretário Municipal de Turismo, Esportes e Lazer, em abril de 2007, solicitando a disponibilização da documentação existente na Secretaria acerca do objeto de nossa pesquisa. Foi solicitado material da então Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento (SMHAD), outrora responsável pelo setor e da atual secretaria, a SMTEL. Fomos comunicados pela Secretaria que os documentos seriam disponibilizados na presença de um servidor responsável e que os documentos só poderiam ser retirados para cópia mediante autorização do mesmo.

²¹ Questionada sobre a possibilidade de obtermos acesso aos demais documentos da Secretaria, a servidora responsável respondeu que os únicos documentos disponíveis para a pesquisa eram os três acima citados e que os demais solicitados (ofícios e outros) não poderiam ser liberados para análise em face dos mesmos serem “*documentos particulares da SMTEL*” (sic).

demonstra ainda de maneira mais forte a confusão que é mantida entre política de esporte e política de lazer.

2. Outro discurso bastante presente nos documentos é o da *qualidade de vida*. O grupo analisa que o discurso da saúde em nossa área se apropria das demandas da população por melhores condições de vida, para oferecer algumas atividades às quais tentam atribuir um sentido de melhoria daquelas condições de vida a partir do simples usufruto das atividades oferecidas.

Se houvesse alguma discussão em torno dos direitos sociais da população, com certeza poderíamos abarcar um movimento mais amplo em torno de temas como a saúde, o transporte coletivo, a segurança pública, o lazer e outras demandas que definem o que pode ser qualidade de vida para a população. Não existe, pelo menos aparentemente, uma interface entre o trabalho das várias secretarias de governo sobre uma política pública de lazer. O que se percebe é que cada órgão do governo municipal faz o que lhe é atribuído, sem discutir e pensar ações e projetos comuns que possam abarcar diferentes demandas em torno de um tema tão importante quanto o lazer.

3. Demanda por eventos: outra atividade bastante comum presente nos projetos são os grandes eventos realizados com o intuito de promover o lazer. Esses eventos geralmente são oferecidos em épocas festivas, em parceria com entidades privadas e sem consulta à população sobre a demanda de seu bairro, ou seja, partem de uma data pré-determinada, restando pouca ou nenhuma margem de movimentação às comunidades.

4. Confusão conceitual entre Recreação e Lazer: assim como existe a constante confusão, ou tentativa de fusão, entre esporte e lazer, também pudemos perceber isso em torno da recreação, ou seja, é feito o mesmo movimento, a recreação é entendida como atividades que ocupam o chamado *tempo livre* das pessoas.

No entanto, o lazer não deve ser entendido como ocupação do tempo livre, com atividades que tenham dia e hora marcados, nem para combater o estresse do trabalho, nem para aproveitar a vida quando cidadãos estão desempregados ou aposentados.

Consideramos que o Estado deva pensar no bem-estar da população através de ações públicas essenciais, entre elas o lazer, sendo que o custo financeiro não pode ser impeditivo ao acesso. Além disso, tais ações não

podem ser restritas a datas e eventos desconexos e menos ainda ao pensamento apenas em ocupação do tempo de não-trabalho das pessoas.

5. Falta de recursos humanos: nos projetos, é apontada a necessidade de um quadro de profissionais que trabalhem com lazer. A situação atual de pessoal da SMTEL está marcada pela contratação de estagiários que desenvolvem suas tarefas conforme o planejado pelas chefias diretas.

Verificou-se que, no que se refere ao quadro de profissionais, quase ou nenhuma alteração ocorreu ao longo das três gestões, a não ser o incremento da contratação de estagiários.

A necessidade de alteração dessa realidade já fora levada à antiga SMHAD em 1999, quando houve o primeiro contato de um membro do presente Núcleo de Estudos do Lazer com aquela Secretaria. A permanência dessa situação até os nossos dias evidencia o descaso das sucessivas administrações municipais com o setor.

Além do apontado acima, a partir da análise da documentação é possível delimitarmos ainda mais, como moradores desta cidade, outras situações que dificultam o acesso ao lazer: horário reduzido de linhas de ônibus em finais de semana e horários não-comerciais (o transporte coletivo urbano em Rio Grande é praticamente um monopólio); falta de bibliotecas públicas (a chamada Biblioteca Pública Riograndense, que tem 161 anos, não é pública); museus com horários de funcionamento muito restritos; fechamento de algumas praças em horários em que o trabalhador poderia utilizar, o que nos remete a repensar a utilização da Guarda Municipal na segurança dos espaços públicos de lazer; má conservação de locais públicos (falta de iluminação, terrenos com mato alto, brinquedos destruídos, conforme vários relatos na imprensa local); a existência de um único cinema, localizado em um bairro distante da maioria dos demais bairros; o grande número de festas e eventos da iniciativa privada, realizados em conjunto com o Governo Municipal e nos quais é cobrado ingresso para acesso dos populares, tais como: Expofeira, Fearg/Fecis e Festa do Mar.

3. *Jornal Agora*

O *Jornal Agora*²² é o maior veículo de comunicação impressa e de circulação na cidade. Tendo em vista essa abrangência e a dificuldade no acesso ao material escrito das campanhas eleitorais, propostas e projetos, bem como ao material solicitado junto à Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer, optamos por recolher, junto a esse jornal, as notícias relacionadas às políticas públicas de lazer na cidade.

Com esse objetivo, fizemos um recorte nos meses anteriores (agosto e setembro) às eleições municipais, escolhendo os anos 1996, 2000 e 2004, quando foram eleitos os prefeitos Wilson Mattos Branco, Fábio de Oliveira Branco e Janir Branco, respectivamente. Também optamos por mapear, especialmente, as notícias veiculadas no suplemento do jornal intitulado “Agora Bairros”²³. As notícias selecionadas foram divididas em categorias previamente discutidas no grupo de pesquisa e classificadas em três grupos: notícias sobre a prefeitura; demandas da população; e outros.

Essas reportagens encontram-se no arquivo do Núcleo de Estudos do Lazer e alguns trechos são citados abaixo, com o intuito de referendar as compreensões expressas neste artigo.

1. Notícias sobre a Prefeitura: nessa categoria, aparecem anúncios do Projeto Bairros em Movimento²⁴:

É importante que a SMAHD incentive a prática de esportes em nossos bairros. É uma forma saudável de afastar os jovens do caminho das drogas e da criminalidade. Certamente o projeto deverá ser bem recebido em outros bairros da cidade, principalmente nos mais carentes, tendo em vista que alguns locais os moradores carecem até mesmo de atividades esportivas e de lazer.

²² “O *Jornal Agora*, fundado em 20 de setembro de 1975, é uma publicação de propriedade das Organizações Risul Editora Gráfica Ltda. Tem como área de abrangência Rio Grande, São José do Norte e região. Circula de segunda-feira a sábado, com o foco principal em matérias locais e regionais. Dentre as principais características, destaca-se sua linha editorial, que busca a integração da comunidade, com informação precisa, responsável e imparcial”. (www.jornalagora.com.br).

²³ O suplemento *Agora Bairros* contém notícias relacionadas aos bairros e à população da cidade. Teve seu início em janeiro de 1999 e seu término em outubro de 2006.

²⁴ O Projeto Bairros em Movimento é desenvolvido na atualidade em três bairros. Oferece atividades para a comunidade local, como: esportes, capoeira, dança, ginástica, etc. O projeto recebeu, em 2006, R\$ 30.000,00 da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Fundergs), com a contrapartida da Prefeitura Municipal de R\$ 5.000,00.

Outro trecho descreve que

Já que os resultados estão sendo positivos nessa primeira experiência, vamos torcer para que os demais bairros da cidade, especialmente os mais carentes, também sejam beneficiados o mais breve possível com esse projeto que poderá, inclusive, revelar atletas talentosos para representar Rio Grande em competições esportivas. Quem sabe? (Trechos extraídos da reportagem **Um projeto importante**, de 09 de dezembro de 2003, p. 3).

Em outra reportagem sobre o mesmo assunto consta que

O projeto tem por objetivo levar as práticas esportivas para crianças, jovens e melhor idade, trabalhando as questões sociais através do esporte e do lazer. Em 2006, o projeto será desenvolvido em três bairros do município: Parque Marinha, Cidade de Águeda e Arnaldo dos Santos Quessada (Cohab IV).

E

Em sua manifestação, o prefeito Janir Branco ressaltou a importância de se valorizarem os esportes. "fomentando as práticas esportivas, em suas mais variadas modalidades, é possível a obtenção de inúmeros benefícios. Tudo o que se promove no esporte está certo, ou seja, os resultados são altamente compensadores", enfatizou o chefe do Executivo. (Trechos extraídos da reportagem **Lançamento do Bairros em Movimento**, de 30 de maio de 2006, p.7).

O jornal também traz, durante o referido período desta pesquisa, notícias sobre outras obras da prefeitura. Uma delas fala sobre o camelódromo:

Queremos investir em áreas de lazer. O prefeito Fábio Branco informou ao 'Agora Bairros' que a Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos tem diversos projetos. 'Desde que assumimos colocamos como prioridade o turismo e, para isso, é necessário o embelezamento da cidade'. O chefe do Executivo confessa: 'O que mais gosto da SMSU é o Projeto Flores e não perdemos para nenhuma praça do Brasil, sendo tudo produzido na própria secretaria. Rio Grande tem pouca área de lazer e queremos investir nisso'. (Trecho extraído da reportagem **Camelódromo já tem data para inaugurar**, de 13 de agosto de 2002, p. 4).

Uma das reportagens mais marcantes para o grupo, que expressa sobremaneira a procura da população por espaços de lazer na cidade intitula-se: "*A pesca urbana como lazer*". O texto traz opiniões a respeito da pesca realizada na Ponte dos Franceses. Essa ponte situa-se na BR-392, sobre o Saco

da Mangueira e faz a ligação do centro da cidade com a Barra do Rio Grande, o Super Porto, o Distrito Industrial, as guarnições da Marinha, toda a área retro-portuária e com o Balneário Cassino, além de também ser uma das saídas em direção ao restante do estado. É, portanto, um lugar de intenso fluxo de veículos, especialmente caminhões de grande porte e carros de passeio que se utilizam daquela rodovia diariamente em função das atividades das empresas situadas nas áreas citadas. E muitos veículos o fazem rodando em alta velocidade, uma vez que a fiscalização naquela rodovia é extremamente precária e aquele trajeto encurta o tempo de deslocamento entre o centro da cidade e o Balneário Cassino.

Ressalte-se que não existe sobre a ponte um espaço destinado especialmente para a pesca, os pescadores posicionam-se na calçada feita para o trajeto de pedestres, o que sem dúvida é um perigo tanto para estes como para o próprio trânsito.

A seguir, algumas opiniões sobre o referido espaço de lazer.

Com o período de férias, o calor e a presença de peixes, a Ponte dos Franceses tem sido uma das escolhas das pessoas que costumam ter a pesca como lazer. A proximidade da ponte do centro da cidade torna a pesca uma atividade quase urbana e um bom entretenimento nesta época do ano (...).

E

Também do BGV, José Rubilar adora pescar e diz que o barulho dos carros que circulam pela BR-392 não atrapalha em nada a atividade. 'Isto é história de pescador', brinca. 'Pescar não só nos deixa relaxado como é uma atividade muito saudável à mente', afirma. (...) Jurandir Porto, 59 anos, saiu do bairro Santa Teresa para passar a tarde pescando. Ele conta que aprendeu a pescar ainda quando criança e que aproveita o tempo livre para dedicar-se à atividade. 'Como sou aposentado, aproveito o tempo livre para me dedicar à pesca, que adoro tanto. Esta é uma maneira descontraída e saudável de passar o tempo', diz." (...) (Trechos extraídos da reportagem **A pesca urbana como lazer**, de 16 de fevereiro de 2006, p. 5)

Tendo em vista que a pesca artesanal, de lazer, é uma atividade tradicionalmente desenvolvida naquele local, consideramos que pode ser entendida como uma demanda da população. Sendo assim, nesse caso, não poderia haver por parte do governo municipal a construção, de uma infraestrutura que oferecesse mais conforto e segurança aos amantes da pesca que freqüentam aquele local?

Outra reportagem que merece destaque é a intitulada “*Praça Saraiva é utilizada por toda a comunidade*”. A “*pracinha Saraiva*” possui um ginásio coberto (Ginásio Municipal Farydo Salomão) com quadra para vôlei e futsal, além de quadras de basquete e vôlei de praia no espaço aberto, dois campos de futebol, playground, velódromo, bem como uma pista para caminhada e corridas. Na praça, funciona o Centro Municipal de Recreação e Lazer (CMRL), que oferece escolinhas esportivas e aulas de ginástica e lutas marciais. Cabe registrar que a destinação do uso do Ginásio Municipal Farydo Salomão é feita pelo Gabinete do Prefeito.

Abaixo, trecho da matéria citada, com a fala do ex-administrador, Sr. Paulo Ventura, reveladora de uma dada compreensão de uso do espaço público que contradiz a lotação do Ginásio no Gabinete do Prefeito Municipal.

O administrador Paulo César Ventura é um dos maiores responsáveis pelas melhorias e conservação daquele complexo, que causa admiração nas pessoas que vêm de fora, observando que somente cidades de grande porte costumam contar com um local tão amplo para o esporte e lazer. Diariamente, das 6h às 22h, eles são abertos ao público nas quatro ruas que dão acesso ao complexo esportivo. 'É para facilitar o acesso, porque o estádio é público e deve ser utilizado por todos, sem privilégio para ninguém', observa. (Trecho extraído da reportagem **Praça Saraiva é utilizada por toda a comunidade**, de 20 de maio de 2003, p. 3).

Cabe-nos elucidar ainda as razões pelas quais, mesmo após a criação da SMTEL, o Ginásio Municipal Farydo Salomão ainda ser controlado pelo Gabinete do Prefeito. Cumpre esclarecer que, na visão do grupo de pesquisa, caberia à Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer assumir a administração daquele espaço.

Da mesma forma, cabe-nos, no âmbito das próximas pesquisas, também buscar esclarecer os motivos do cercamento completo da praça e da cobrança de mensalidades nas escolinhas esportivas do CMRL.

Outra temática recorrente nas matérias do Jornal Agora são as que fazem referência às praças da cidade. E quanto à utilização dessas, encontramos uma matéria que nos oferece os seguintes dados referentes à ação da Prefeitura Municipal, em 2005:

O secretário Edes Andrade Filho informa que 37 praças foram atendidas pela SMSU. Aconteceram os mais diversos serviços de recuperação que atingiram os brinquedos, as telas, o corte de

grama, capina e limpeza em geral. Foram investidos R\$ 120 mil na recuperação das praças somente em material e mão-de-obra contratada.” (Trechos extraídos da reportagem **SMSU trabalha na recuperação das praças**, de 16 de agosto de 2005, p. 10).

Na categoria *demandas da comunidade* aparecem solicitações da comunidade quanto à segurança pública, limpeza de locais públicos, manutenção de equipamentos, transporte coletivo, criação de novas praças. Demandas que sugerem algumas necessidades, interesses e carências da comunidade no que diz respeito aos espaços públicos de lazer, como se vê a seguir.

A área é ampla. Numa pequena faixa cabe um campo de futebol. Algumas árvores circundam o local, mas o terreno tem servido apenas para a travessia de algumas pessoas. Os moradores sugerem que a Prefeitura construa uma praça no local. Como é o caso de Daiane Veleda Madruga e Carmem Rosana Gonzáles. Elas dizem que as crianças atualmente não têm onde brincar, a não ser na pracinha do bairro Arnaldo Quessada. Como Rio Grande não possui nenhum parque, mesmo tendo tantos locais que poderiam ser revitalizados, quem sabe próximo ao Assis Brasil não poderia surgir um? Área não falta. (Trecho extraído da reportagem **Muitas áreas verdes e nenhum parque**, de 05 de fevereiro de 2002, p.4).

Em outra matéria, aparece o fato de que

A necessidade de área para esporte e lazer não se verifica apenas na Vila Militar. Na verdade, nossa cidade, vítima da falta de um planejamento adequado, apresenta um contraste curioso. Ou seja, em algumas áreas existem grandes descampados, enquanto noutras há um amontoado de casas, sem espaço para a criação de uma praça. Se fôssemos fazer um levantamento, em muitos bairros existe a necessidade de praças. Isso permitiria não apenas uma melhor convivência entre os moradores, mas as pessoas poderiam ter sua atenção mais voltada para questões ligadas ao meio ambiente, sem falar que poderiam praticar esporte ou terem um local para promoverem eventos de caráter comunitário. A Prefeitura Municipal deveria desenvolver um projeto voltado para a arborização e construção de praças. Também está na hora de se pensar na criação de um grande parque para a cidade, onde os rio-grandinos pudessem passear e ter um contato maior com a natureza. De forma que não apenas a Vila Militar, mas muitas outras regiões da cidade necessitam de mais áreas de lazer. (Trecho extraído da reportagem **Praças nos bairros**, de 29 de abril de 2003, p.2).

Como se vê nessas matérias de 2002 e 2003, a preocupação com a criação de um parque e novos espaços para lazer está bem presente. Na próxima pesquisa, poderemos voltar a estas demandas e verificar se alguma delas foi atendida.

Considerações finais

Pesquisar em uma cidade com pouca memória revelou-se um desafio instigante. Não só pelas dificuldades naturais da atividade, senão pela incompreensão de algumas autoridades e pelo desrespeito de outras com o que é público.

Na busca de informações, deparamo-nos com a falta de registros das instituições, desinteresse dos agentes em colaborar e o cerceamento do acesso a documentos que deveriam ser públicos. Esses fatores dificultaram sobremaneira a tarefa. Dificultaram, mas não impediram que abrissemos uma jornada visando a constituir uma memória referente ao lazer, aos espaços, às culturas que constituíram e que sobrevivem ainda hoje na cidade mais antiga do Rio Grande do Sul.

Se os resultados não satisfizeram por completo nossa curiosidade enquanto pesquisadores, aguçaram nossos olhares e despertaram, no Núcleo de Estudos do Lazer, o desejo de continuar e aprofundar nossas buscas nas próximas pesquisas. Tão jovem quanto o Curso de Licenciatura em Educação Física da FURG, o Núcleo se move pelo desejo de contribuir, através de suas atividades acadêmicas, com o desenvolvimento da Cidade do Rio Grande, o que por certo somente terá pleno êxito quando o movimento que ora fazemos em direção à cidade e ao poder público seja entendido e correspondido.

Temos uma árdua tarefa pela frente: oferecer argumentos às autoridades municipais para que as mesmas possam se convencer que teoria e prática são inseparáveis e que o fazer acadêmico pode sim estar a serviço da maioria da população.

As poucas informações a que tivemos acesso, talvez por inexperiência, mas principalmente pelas razões expostas acima, deixam-nos um quadro muito sério a ser alterado. No que podemos examinar, vislumbra-se uma inequívoca incompreensão dos conceitos de lazer e um profundo distanciamento daquilo que poderíamos chamar de uma política pública de lazer.

O argumento muito usado por governantes de primeiro mandato, sobre a necessidade de *primeiro arrumar a casa para depois fazer as mudanças*, não cabe para a atual administração, nem para a anterior, visto que o mesmo agrupamento político, no caso a mesma família, sucede-se no governo municipal desde 1997. No entanto, não foi possível verificar, ao longo do período observado, qualquer traço de interface nas ações entre as diversas secretarias municipais e tampouco iniciativas *de governo* que houvessem tido uma seqüência ao longo das três gestões estudadas. As demandas verificadas pelas manifestações da comunidade, as falas dos responsáveis e a realidade da cidade nos levam a concluir que há muito a ser feito na direção do atendimento da maioria da população em um direito fundamental como o lazer.

É preciso resolver as carências nas áreas de transporte público, segurança, saneamento básico, limpeza urbana, equipamentos, educação para o lazer, espaço, condições ambientais e outras. Esse conjunto de ações exige, para planejamento e execução de uma política setorial de lazer, que exista uma iniciativa da administração municipal e não apenas de uma secretaria, que haja um quadro profissional formado por especialistas de várias áreas.

É preciso superar as confusões comumente feitas pelo senso comum entre lazer, educação física e esporte, como se as três expressões significassem a mesma coisa. Aos administradores cabe, em nossa avaliação, se cercarem de profissionais das mais variadas áreas que possam intervir no processo de elaboração, execução e avaliação das ações da prefeitura municipal. O quadro de uma secretaria municipal que abarca turismo, esporte e lazer, não pode ser reduzido, na área do esporte e do lazer, a um profissional de Educação Física e um corpo variável de estagiários. É necessário e urgente que se amplie o quadro de profissionais e que se pense em fazê-lo reunindo em uma equipe, profissionais de outras áreas, tais como, sociólogos, antropólogos, filósofos, psicólogos, turismólogos, geógrafos, historiadores, recreacionistas, pedagogos e professores de Educação Física. Como muito já tem sido dito, o lazer é um fenômeno deveras complexo que, para ser compreendido nas suas mais variadas facetas, necessita de vários olhares. Fala-se muito em lazer, especialmente em vésperas de eleições, mas pouco se estuda e pouco se faz para que algo que é exaltado como grande benefício para todos, deixe de ser vivenciado pelos poucos que podem pagar por ele.

E há muito a ser feito... Por exemplo, nas escolas municipais, que como a imensa maioria das escolas em nosso país, se preocupam em formar as crianças para o mercado de trabalho, omitindo que a vida possui outras dimensões para as quais as pessoas precisam ser educadas para viver – entre elas, o lazer!

Por tudo isso, o Núcleo de Estudos do Lazer continuará seu trabalho, recolhendo fragmentos, reconstituindo histórias, ouvindo a comunidade e as autoridades, buscando o diálogo e o entendimento, construindo um espaço em que o acadêmico, o político, a teoria e a prática possam, um dia, voltar a se encontrar para formular possibilidades de melhores dias para os habitantes desta cidade.

Referências:

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994.
- COHN, Amélia. Políticas Sociais e a Pobreza no Brasil. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. Brasília: IPEA, n. 12, maio, 1996.
- CRUZ, Manoel Luís Martins da. A Experiência da Frente Popular de Florianópolis. In: Marcelino, Nelson Carvalho. **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- IENO NETO, Genaro. **O esvaziamento do espaço público - Sennett e Augé**: resenha. RBSE, v.1, n.3, pp.442-461, João Pessoa, GREM, dezembro de 2002.
- LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/Espportes e Lazer, efetivamente Políticas Sociais? In: **Motrivivência** Ano X n° 11, Florianópolis: UFSC, 1998.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papius, 1995.
- _____. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996b.

PELLEGRIN, Ana de. O Espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: Marcellino, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SALIS, Viktor. **Ócio Criador, trabalho e saúde**: lições da antiguidade para a conquista de uma vida mais plena em nossos dias. São Paulo: Claridade, 2004.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas Sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?” In: **Motrivivência** Ano X n.º1, Florianópolis: UFSC, 1998.

Revisão do texto: Rossana Dutra Tasso.

**Projeto Segundo Tempo:
consolidando um
modelo de política
pública e de esporte**

Projeto Segundo Tempo: consolidando um modelo de política pública e de esporte

Fernanda Wanzeller Neves¹, Bruno Duarte Moreira²,
Leonardo Costa da Cunha³, Méri Rosane Santos da Silva⁴

Resumo: O Projeto Segundo Tempo é uma iniciativa do governo federal que busca a execução de programas de iniciação esportiva para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Assim, esse trabalho tem o objetivo de analisar como este projeto se configura no contexto do modelo neoliberal de organização capitalista e não tem a finalidade fazer um relato de experiência, mas avaliar a implementação do Projeto Segundo Tempo na cidade do Rio Grande (RS), cuja execução é de responsabilidade do SESC do RS e está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da cidade. O que se constata é a consolidação de um novo modelo de ação social, em que ao Estado interessa criar a legitimação para que estas políticas sejam assumidas por organismos da sociedade civil. Além disso, conclui-se que a prática esportiva, através de políticas públicas, pode exercer importante diferencial para uma comunidade, oportunizando além do desporto, o lazer, a recreação, entre outros. Entretanto, isoladamente, as atividades propostas em um projeto social como o Segundo Tempo não tem possibilidade de cumprir o objetivo que lhe tem atribuído, de ser um mecanismo de “inclusão social” e de constituição da “cidadania”.

Introdução

O neoliberalismo tem sido considerado o novo modelo de produção capitalista e tem como objetivo enfrentar a crise do próprio sistema, de modo a perpetuá-lo enquanto proposta de organização social e política hegemônica. No modelo de organização capitalista baseado no princípio do

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física/FURG, bolsista da Rede Cedes.

² Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física/ FURG.

³ Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física/ FURG.

⁴ Prof. Dra. do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento (DECC) FURG, Professora dos Programas de Pós Graduação em Educação Ambiental e Educação em Ciências: química da vida e saúde, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa da Corporeidade (GEPEC), Pesquisadora do Núcleo da Rede Cedes na FURG.

Bem Estar Social, o Estado define, financia e implementa as políticas sociais, centralizando todo o processo de execução das principais ações públicas. No modelo de produção neoliberal há uma reconfiguração do papel do Estado e o mercado passa a ser o regulador e definidor destas políticas, com o conseqüente descomprometimento do Estado, transferindo tais ações sociais para a sociedade civil.

Para dar conseqüência a esse modelo, foi “necessário” sobrepor a clássica separação entre o setor público e privado. Para tanto, foi constituído o Terceiro Setor, que engloba aquelas entidades que assumem tarefas que tradicionalmente competem ao setor público da sociedade, mas, juridicamente, não são consideradas instituições de direito privado. Dentro dessa categoria, as entidades mais conhecidas e que ganharam visibilidade são as ONG (Organizações Não-Governamentais), mas outras instituições também assumem esta conformação, tais como, no Brasil, as do Sistema S: SENAC, SESC, SENAI, SESI, SENAT, SENAR.

As políticas públicas de esporte e lazer não fogem desta conjuntura e um dos projetos importantes para a área é o Segundo Tempo, iniciativa do governo federal que busca a execução de programas de iniciação esportiva para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Dada a relevância que este programa vem assumindo no cenário das políticas públicas para o esporte, este trabalho tem o objetivo de analisar como o projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte se configura no contexto do modelo neoliberal de organização capitalista, especialmente, no que se refere à transferência de uma política pública para o Terceiro Setor, com a conseqüente desresponsabilização do Estado.

Este trabalho não tem a finalidade de fazer um relato de experiência, mas avaliar uma política pública governamental, dentro do atual modelo político-econômico, analisando a implementação do Projeto Segundo Tempo na cidade do Rio Grande (RS), cuja execução é de responsabilidade do SESC RS e está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) da cidade.

A importância de tal análise se justifica, pois estas intervenções governamentais definem e/ou consolidam o papel que o esporte e o lazer assumem, cabendo à Educação Física analisar tais iniciativas, em especial, quando elas são permeadas de forte apelo midiático e adquirem legitimidade social e política, caso não sejam problematizadas.

Para efetivar tal proposta, subdividiremos o trabalho em três momentos: no primeiro, debateremos como vem se constituindo o modelo neoliberal de organização da sociedade contemporânea, no que se refere à implementação das políticas públicas; no segundo momento, enfocaremos o Esporte, identificando-o como atividade corporal que, em princípio, era associado à promoção da saúde e à formação de atletas, atualmente, é considerado como instrumento de “inclusão social” e de acesso à “cidadania”; no terceiro momento, discutiremos o Projeto Segundo Tempo na cidade do Rio Grande (RS), quando se percebeu que o programa cumpre o seu papel no que diz respeito a oportunizar a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, porém, mostrou-se ineficaz no que se refere à superação da vulnerabilidade social e à criação de mecanismos de inclusão social.

Política Pública: uma breve análise

Independente dos problemas político-econômicos que envolvem o mundo esportivo é inegável que o esporte é um fenômeno que deslumbra e encanta. Como fenômeno sócio-cultural, o esporte vem se constituindo num foco de intervenção de políticas públicas.

A partir da década de 30, com o Governo Vargas, intensificam-se as relações entre Estado e esporte, “com o objetivo de um maior controle estatal sobre os clubes” (MELO, 2005, p.72), devido à indisciplina que, segundo o governo, permeava a prática esportiva no país. “Além disso, as políticas esportivas deveriam ter o caráter moral e cívico, valendo-se assim do potencial 'educativo' dos esportes, objetivando uma educação 'sadia' para a juventude brasileira” (p. 73). A partir dessa estratégia que visava controlar a sociedade através do desporto, foram instituídos projetos esportivos (jogos estudantis, parques infantis, colônias de férias etc.) e foram criados departamentos e superintendências esportivas, além de escolas superiores de educação física civis e militares.

Entre 1946 e 1964 a organização da política esportiva não sofreu grandes alterações, contudo, o projeto de um país desenvolvimentista apostou nas construções e eventos emblemáticos. “Nesse período, tivemos a realização de uma Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 1950, e a construção de grandes estádios, tendo destaque o maior de todos, o Estádio

Mario Filho ou Maracanã, no Rio de Janeiro” (MELO, 2005, p.72). O desenvolvimento urbano-industrial do país fez surgir também um grande número de clubes esportivos.

Além disso, nos anos 70, foram retomados os jogos estudantis, tanto escolares como universitários, tendo como um dos princípios a revelação de talentos. Contudo, foi percebido um outro objetivo não declarado dessa esportivização nacional: a tentativa de despolitização da juventude.

Nos anos 80 a democracia já fazia parte da nova conjuntura política do país e o direito ao esporte passa a ser reivindicação popular. “No texto final da Constituição de 1988, tanto o lazer como os esportes são considerados direitos sociais ao lado dos já tradicionais, como saúde, educação, habitação, transporte etc” (MELO, 2005, p. 76). Além disso, consolidam-se os projetos sociais e programas de iniciação esportiva para crianças e jovens carentes.

Dos anos 90 em diante “surgem novos discursos legitimadores das políticas públicas do esporte. Se a promessa de formação de novos talentos perde força, embora ainda se faça presente em algumas políticas, nota-se a emergência da vinculação entre as políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania ou da inclusão social” (MELO, 2005, p. 79-80).

Aliado ao processo de urbanização e o aumento geral da violência, a rua deixou de ser um lugar de lazer para se tornar um território do medo, do perigo, logo, evitado como um espaço de convivência. Concomitante a essa falta de espaço, constata-se a redução dos locais públicos reservados ao lazer, além da exploração comercial que sofrem os ambientes destinados às práticas esportivas.

Atualmente muito se fala do esporte como meio de promoção à “cidadania”, de “inserção social”, porém, cabe o questionamento: o que significa essa cidadania? E a inclusão social? O esporte possui a capacidade de inclusão social e de cidadania? Tanto “cidadania” como “inclusão social” tornaram-se chavões, tornando-se termos sem conteúdo e sem significado, ou, como afirma Melo, são termos auto-explicativos e que estão na “moda”.

Embora seja notório que o esporte por si só não mudará a realidade da sociedade, pode ser que, para algumas crianças e jovens, esse seja o único meio de lazer que possuem. Todavia, outras questões sociais como educação, saúde e emprego continuam sem uma intervenção que efetivamente atendam as necessidades da população e as políticas públicas

voltadas para o esporte vêm sendo denunciadas como simulacros da realidade, assumindo a tarefa de amenizar a agonia social.

As políticas públicas sempre foram tarefas assumidas pelo Estado, entretanto, com a nova conjuntura social do sistema capitalista neoliberal tornou-se comum o que é conhecido por parceria público-privado. Apesar de o esporte ter sido conquistado constitucionalmente como direito dos cidadãos, ele tem sido cada vez mais alvo do chamado “terceiro setor”. Assim, o Estado transfere a responsabilidade para organismos da sociedade civil, passando a gerenciar os programas, e a execução é assumida por empresas privadas que vinculam suas marcas a tais projetos. Com isso ganham visibilidade na mídia e, muitas vezes, recebendo isenção de impostos, bem como é uma forma bastante efetiva de captação de verbas públicas pelas instituições privadas. Esse modelo constitui e é sustentado pelo desenvolvimento do chamado esporte social, que utiliza o discurso de oportunizar a prática esportiva a crianças e jovens em situação de “vulnerabilidade social”. Mesmo se amparando em tal perspectiva,

dentro de uma análise da realidade política, constata-se que estamos vivenciando o fim do estado de bem-estar social, enquanto definidor de políticas públicas. Em outras palavras, o termo políticas públicas faz parte do passado. Em seu lugar, o poder do capital apresenta o modelo de Estado neoliberal, onde o marco central é tornar privado e submeter ao interesse do mercado qualquer atividade da vida social (OLÉIAS apud BRACHT & ALMEIDA, 2003, p. 88).

Nesse novo modelo neoliberal regido pelas regras do mercado, sem a mediação do Estado, é que as políticas públicas destinadas ao esporte vêm se configurando. Ganha legitimidade a “boa vontade” de empresas, ONG e jogadores famosos, entre outras instituições, em financiar, gerenciar ou executar, um ou outro projeto social voltado ao desporto. Porém, é importante destacar também que “investir em esporte é um excelente negócio. [...] Qual empresa não deseja colar sua marca, sua imagem a um negócio que é identificado em todo mundo com vitória, beleza e solidariedade?” (QUEIROZ apud MELO, 2005, p. 91).

Assim, é possível constatar que o esporte não se configura como um direito social, “mas sim como um serviço que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física como clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a 'solidariedade' de atletas, com a 'responsabilidade social' de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Permuta-se de

direitos, a favores e assistência” (MELO, 2005, p.97).

O espaço do esporte na sociedade contemporânea

Existe um discurso consolidado na sociedade, estabelecendo uma positividade inquestionável ao esporte, ou seja, vincula-se o esporte à saúde e, atualmente, ao afastamento das crianças e jovens das drogas e da criminalidade. Entretanto, até que ponto isso é possível? No que se refere à vinculação entre esporte e saúde, muito se tem problematizado a respeito, desconstituindo “verdades” relacionadas ao sedentarismo, por exemplo, ou ainda com relação aos atletas de alto rendimento que vivem a todo instante na busca da superação, sendo vistos como os ícones da saúde, da beleza e muitas vezes como os heróis da nação.

Sobre o esporte afastar as crianças e jovens do mundo do crime e das drogas, esse parece ser um discurso que está virando uma “lenda urbana”, pois, cada vez mais são criados novos projetos e entidades direcionando-se a desenvolver programas embasados na prática esportiva. Todavia, ao mesmo tempo em que isso acontece, é crescente a miséria e a criminalidade que assola o país.

Os programas voltados ao esporte são importantes, porém, não é possível traçar uma relação linear e simplista entre o esporte e uma possível mudança social. O desporto não pode ser rotulado como o “salvador da pátria”, já que as necessidades sociais brasileiras ultrapassam a simples inserção esportiva.

No entanto, é preciso destacar que a mídia, muitas vezes, ajuda a reforçar a concepção de que o esporte é um meio privilegiado de “inserção social”, de “cidadania”, mostrando casos esporádicos de jovens que se destacaram e ascenderam no mundo do esporte, reforçando que esse é o caminho possível para almejar uma “vida melhor”. No entanto, a possibilidade de profissionalização e mobilidade social através do esporte, assim como de outras estratégias de ação pautados pelo modelo capitalista, é para poucos e se isso não for problematizado os programas sociais esportivos se consolidarão como mais um mecanismo que confirma e amplia a fragmentação e a hierarquia social.

Dentro desta concepção de esporte, o governo federal, via programas, afirma que promoverá a inclusão social através do esporte. No entanto,

esses projetos são voltados para um tipo de prática considera elitista, a fim de suprir uma pseudo necessidade de talentos esportivos, para, quem sabe, num futuro próximo, promover o nome do país. Neste cenário, o questionamento que fica é: qual o esporte que poderia assumir a tarefa de inclusão social? O esporte espetáculo que transforma homens em máquinas, em o mais alto, mais forte, mais veloz – o esporte para poucos?

A atividade esportiva é reconhecida como uma das mais importantes manifestações da cultura corporal de movimento, ou como afirma Damato e Pombo (2000), “o esporte é um dos principais fenômenos sociais deste século. Em pouco mais de cem anos, passou de organização quase incipiente a atividade de destaque na indústria do entretenimento” (p.01). Porém, a necessidade de consumo e a mercantilização esportiva é cada vez mais evidente e precisam ser discutidas. Se o esporte se transformou em um promissor nicho de mercado – através da comercialização de seus produtos, que são cada vez mais diversos e dinâmicos – ele também se tornou o grande ícone dos meios de comunicação, com destaque para as emissoras de TV. Nos últimos tempos passou a surgir emissoras específicas para o esporte e esse ocupou grande parte da programação das TV tradicionais.

Ainda no que se refere às atividades esportivas, é possível perceber, também, uma grande transformação na relação praticantes/espectadores. O esporte, seja ele ao vivo ou televisionado, configura-se em um espetáculo tão atraente que as pessoas estão deixando de praticá-lo para somente assisti-lo. O debate a respeito da relação espectador/praticante não é simples e não poderá ser aprofundado neste texto, no entanto, constata-se que ocorreram profundas mudanças no perfil dos espectadores esportivos. Hoje, o torcedor é um potencial consumidor, porém, é necessário observar que a capacidade econômica e tecnológica desses espectadores é bem maior se comparado ao perfil dos torcedores de vinte anos atrás, principalmente se considerarmos aqueles frequentadores dos espaços em que o esporte de alto rendimento acontecia e os que, hoje, possuem condições econômicas que permitam a aquisição de serviços como os de pay-per-view.

Assim, não só os equipamentos e artefatos são mercantilizados, mas a própria atividade esportiva transformou-se em objeto a ser comercializado, estabelecendo uma série de modificações e preparações nos “cenários” e nas regras de funcionamento de determinadas manifestações esportivas, configurando-se um processo conhecido como “espetacularização do

esporte”. Somado ao espetáculo pelo qual se tornaram os eventos esportivos – mercadoria – a mecanização do esporte de alto rendimento também é um dos fatores responsáveis pelo distanciamento da prática esportiva dos assim chamados “praticantes”. Os padrões de conhecimentos específicos de um esporte de alto rendimento não fazem parte dos saberes dos praticantes “comuns”, que acabam se considerando despossuídos de tal habilidade, trocando a prática pela assistência. A atividade esportiva profissionalizada há muito deixou de ser uma manifestação corporal, ela é uma expressão mecânica, padronizada, fora do alcance da corporeidade dos “simples mortais”. Assim,

a evolução da prática profissional depende cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais, sendo os não-profissionais relegados à categoria de público cada vez menos capaz da compreensão dada pela prática. Em matéria de esporte, estamos freqüentemente, na melhor das hipóteses, no estágio da dança do século XIX, com profissionais que apresentam para amadores que ainda praticam ou praticaram; mas a difusão favorecida pela televisão introduz cada vez mais espectadores desprovidos de qualquer competência prática e atentos a aspectos extrínsecos da prática, como o resultado, a vitória (BOURDIEU, 1990, p. 218).

Ainda de acordo com Bourdieu (1990), há um “contínuo aumento da ruptura entre profissionais e amadores” (p. 217), reforçados pela indutiva mídia. Portanto, embora exista um forte investimento no sentido de ressaltar o potencial educativo do esporte, é visível que o caminho que se segue é a da mercantilização e profissionalização, em que o esporte é uma prática para poucos. “A visão original do esporte, de que 'o importante é competir', está quase extinta. Hoje o importante mesmo é ganhar, para mostrar ao mundo suas bandeiras, as marcas de seus patrocinadores” (DAMATO e POMBO, 2000, p.01).

O Projeto Segundo Tempo em Rio Grande na perspectiva das Políticas Públicas

Depois da reflexão sobre as políticas públicas de esporte e o papel do terceiro setor na implantação dessas políticas, além das concepções de esporte, parte-se para análise de um projeto que vem sendo desenvolvido pelo governo federal – o Projeto Segundo Tempo –, que se caracteriza como:

um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contra-turno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006).

Esse projeto, que em nível nacional foi implantado em meados de 2003, no município de Rio Grande/RS desenvolveu-se a partir de 2006, foi executado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que é uma entidade privada que promove ações destinadas ao que denomina “bem-estar social”, atuando nas áreas da “saúde, educação, cultura, esporte e lazer” (SESC, 2007).

Além de Rio Grande, mais dezesseis municípios do RS desenvolvem o programa sob a tutela do SESC. O projeto tem como metas, no estado, abranger 6800 crianças entre 7 e 13 anos, sendo 10%, ou seja, 680 vagas, destinadas a crianças com necessidades especiais. Cabe ressaltar que em Rio Grande o projeto compreende estudantes de 7 a 16 anos e não houve atendimento de crianças com necessidades especiais.

No Rio Grande do Sul, 329 profissionais estão envolvidos no projeto no Estado, que teve um período de funcionamento de dez meses (de maio/2006 a março/2007). Cada município abrigaria 400 crianças, sendo que, em Rio Grande, elas foram distribuídas e selecionadas em quatro escolas da rede municipal. Para tanto, cada escola deveria selecionar cem crianças, sendo cinquenta no turno da manhã e cinquenta no da tarde, sempre no horário inverso ao do ensino regular da escola.

No documento apresentado pelo SESC para execução do projeto, a área de intervenção não se restringiria somente à Educação Física. Paralelamente a essa área, o reforço escolar fazia parte da proposta. O projeto trabalhou com dezesseis monitores, sendo oito da Educação Física, quatro da Pedagogia, três de Letras e um da Educação Ambiental.



As aulas foram ministradas sempre em duplas, com um monitor de Educação Física e outro de área distinta, e acontecia três vezes por semana – as segundas, quartas e sextas-feira –, com duração de três horas. Destas, parte do tempo era destinado à Educação Física – com metade da turma – enquanto a outra participava das atividades dirigidas pelos monitores das outras áreas. Entre esses períodos os alunos recebiam um reforço alimentar e, posteriormente, trocavam de monitor e, conseqüentemente, de atividade. O reforço alimentar costumava ser um lanche, variando nos três dias da semana. Além disso, os participantes do projeto também receberam camiseta, abrigo, meia e tênis.

O material para a execução das atividades (bolas, folhas, cadernos, lápis, caneta hidrocor, entre outros) foi cedido primeiramente pelo SESC e pela SMEC. Após três meses do início do projeto o governo federal enviou material esportivo, que foram confeccionadas pelos re-educandos do complexo penitenciário da grande Florianópolis São Pedro de Alcântara, através do projeto “Pintando a Liberdade”.

Em Rio Grande, o projeto foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Rui Poester Peixoto do bairro São Miguel, na E.M.E.F. Admar Correa do bairro Santa Tereza, na E.M.E.F. Sant'Ana do bairro América e no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), localizado no campus Carreiros da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e onde funciona paralelamente a E.M.E.F. Cidade do Rio Grande. Essas escolas foram selecionadas pelo SESC juntamente com a SMEC, sendo que os requisitos alegados para tal seleção foram espaço físico e vulnerabilidade social da comunidade.

A seleção dos alunos ficou a cargo da direção de cada escola, sendo que o projeto tinha como foco crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Contudo, é possível perceber que das quatro escolas selecionadas, somente duas atenderam a este requisito, ou seja, indicaram aquelas crianças “carentes” e que possuem alguma dificuldade de relacionamento, comportamento etc. Por outro lado, as outras duas escolas utilizaram outros critérios de seleção, tais como melhor rendimento escolar, contemplando alunos com outras possibilidades de acesso a diferentes meios culturais e de lazer.

Embora o Segundo Tempo em Rio Grande manteve suas atividade até março de 2007, a escola Sant'Ana decidiu por encerrá-las juntamente com o término do ano letivo de 2006, enquanto a escola Admar

Correa, neste período, teve uma grande evasão de alunos do projeto, problema esse que já vinha sendo também enfrentado pela escola Sant'ana. Já na escola Rui Poester Peixoto e no CAIC, onde o público alvo foi selecionado tendo como referência a “vulnerabilidade social”, mesmo assim, já no fim do ano de 2006, no encerramento do ano letivo, o CAIC também apresentou forte evasão, enquanto na escola Rui Poester – que talvez tenha as crianças com maiores dificuldades econômicas e sociais – mesmo tendo uma diminuição de alunos, ainda foi freqüentado por um número considerável de crianças.

Acredita-se que a maior assiduidade de crianças na escola Dr Rui Poester Peixoto se deu, também, pelas baixas condições econômicas da comunidade escolar, sendo assim, essas não possuíam alternativas nem



possibilidades de acesso a outra forma de lazer, à recreação e ao desporto de forma orientada. Porém, crê-se que a seleção de estudantes de 1^a a 4^a séries do ensino fundamental foi um dos principais fatores que contribuíram para a presença e a continuidade dessas crianças no projeto, pois, elas, provavelmente, não tiveram a oportunidade de praticar esportes e a Educação Física, nesta escola, não

faz parte do currículo das séries iniciais, ou seja, são objetos, espaços e profissionais que não costumam fazer parte das vivências cotidianas destas crianças.

Para atender a essas crianças, o projeto propõe como objetivo geral, “contribuir com o desenvolvimento físico, psíquico, moral, espiritual e social de crianças e adolescentes através de atividades de esporte e lazer” (SESC, 2005, p. 07). Além disso, o programa “contempla metodologia que possa viabilizar a crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, o conhecimento e a vivência do esporte e do lazer; a possibilidade da convivência coletiva e, através das ações apresentadas, a inclusão social e conseqüentemente, a melhora do seu padrão de qualidade de vida”(p. 04). Sendo assim, o SESC justifica sua intervenção nas políticas públicas de esporte dizendo que:

no Brasil, a intervenção do Estado sempre teve papel marcante no ordenamento das políticas públicas, com o claro objetivo de promover um Estado de bem-estar social. Porém, nunca foi possível estabelecer um sistema integral de proteção, mas, sim, um projeto parcial de welfare state. A proposta de assistência social brasileira burocrática e ineficiente, sempre se mostrou incapaz de atender as demandas existentes, causando um processo de estagnação caracterizada pelo mau gerenciamento dos programas e projetos sociais.

A falta de foco de atuação, a falta de investimentos e a má alocação dos recursos, aliadas a política econômica nacional e ao processo de globalização, fizeram com que os resultados e os impactos dos programas e projetos fossem inexpressivos, contribuindo significadamente para o agravamento da desigualdade e exclusão social (SESC, p. 06).

O SESC, através de seu projeto, acredita que, ao implementar tais políticas públicas de esporte, beneficiam todo o meio social atingido pelo mesmo e não apenas o aluno participante, pois, de acordo com tal:

as práticas esportivas e de lazer oferecidas acabam por beneficiar não somente aqueles que participam diretamente das atividades. Pela mudança de hábitos, descoberta de novos conceitos, convivência, possibilidade de compartilhar novas experiências e do aprendizado, entende-se que essas possibilidades acabam por elevar em nível a qualidade de vida das crianças e jovens.

Dessa forma, inseridos em diversas comunidades em situação de vulnerabilidade social, os participantes do programa acabam por levar até essas comunidades suas experiências que, indiretamente, também estarão sendo beneficiadas (SESC, p. 06).

Com o que já foi discutido nos tópicos anteriores, é possível constatar que o Projeto Segundo Tempo, em Rio Grande, se enquadra no modelo neoliberal de políticas públicas em que uma instituição do terceiro setor, no caso o SESC, cumpre um papel que deveria ser do Estado, ou seja, esse financia um programa que vem sendo executado por um órgão da sociedade civil, transferindo verba pública para o setor privado.

Além disso, o discurso apresentado pelo SESC dá ao esporte um caráter salvacionista, considerando-o como o promotor de uma “cidadania” e de “inserção social”, amenizando o risco social pelo qual passam crianças e jovens desfavorecidos econômica e afetivamente. Esta constatação emergiu da análise da documentação que instituiu o Projeto Segundo Tempo, tanto em nível nacional como estadual, em que foi identificado discursos que afirmam a necessidade de assistir e implementar projetos para

crianças em situação de vulnerabilidade social, ou seja, crianças e jovens em “risco social” e necessitárias de uma correspondente “inclusão social”.

No sentido de problematizar esse direcionamento é que salientamos a necessidade de adentrar pelo conceito de vulnerabilidade e, mais especificamente, o que se refere à vulnerabilidade social. Vulnerabilidade é a “qualidade de vulnerável”, sendo que o termo vulnerável significa “suscetível de ser ferido ou atacado; diz-se do ponto por onde uma pessoa pode ser atacada ou ferida”. (CARVALHO e PEIXOTO, 1972, p. 1054).

Em princípio, sua utilização está atrelada à área da advocacia internacional, quando se refere a “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania” (ALVES apud AYRES et al., 2003, p. 118). Posteriormente, assistimos uma potencialização bastante significativa do uso deste qualificativo em análises na área da saúde e, mais especificamente, das pesquisas sobre o HIV/AIDS.



Nesse cenário ele passa a ser adotado nos discursos voltados para as temáticas da saúde pública, principalmente quanto ao enfoque das formas de prevenção à referida doença, assim como das questões de intervenção junto às pessoas, aos grupos e às populações.

Assim, inicialmente o foco da prevenção era destinado basicamente ao comportamento específico de alguns indivíduos, passando posteriormente a considerar também às relações e interações em que ocorre a associação à noção de risco. Passa-se a adotar, então, a expressão da vulnerabilidade que, por sua amplitude conceitual, comporta melhor esse caráter mais abrangente, ou como aponta Ayres et al. (2003 p. 127) “uma primeira diferença que deve ser marcada é o caráter eminentemente analítico do risco, em contraste com as aspirações sintéticas da vulnerabilidade”.

A partir desta mudança de enfoque, as práticas de intervenções, utilizadas pelos programas de política pública, também modificam seu foco, passando a atuar mais em torno dos grupos com comportamentos de

riscos, considerando também todas as possibilidades que interferem nas condições de causalidade.

Somente a partir do final da década de 90 é que encontramos referências à questão da vulnerabilidade social, mas ainda relacionada à Aids e às chances de exposição das pessoas ao adoecimento. Sanches (1999 p. 110) acrescenta que o conceito de vulnerabilidade social é construído a partir da premissa de que os fatores sociais têm uma forte influência tanto na vulnerabilidade pessoal.

Atualmente, o universo conceitual do vocábulo vulnerabilidade encerra relações com outras temáticas tais como com a pobreza e a fome, assim como com o crime e a violência. Nesse campo conceitual pode-se considerar vulnerabilidade social como sendo o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. (ABRAMOVAY, 2002 p. 13)

Para Filgueira e Andrés (2004), a vulnerabilidade social pode ser definida como “una configuración particular, negativa, resultante de la intersección de dos conjuntos; uno, definido a nivel 'macro' relativo a la estructura de oportunidades y otro definido a nivel 'micro', referido a los activos de los actores” (p. 21). Mas, essas aproximações ainda não deram conta da complexidade desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores quantitativos de renda ou carências, ou seja, restringiam-se somente a delimitar e a constatar a insatisfação das necessidades básicas a que determinados seres humanos eram submetidos.

Somente nos últimos anos é que ocorreu uma aproximação da questão da vulnerabilidade social com uma reflexão mais voltada às condições sócio-econômicas, atribuindo o conceito de vulnerabilidade social àqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza ou privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação étnica, de gênero ou por deficiência, dentre outras) (SUAS - Resolução 130/2005).

Cria-se, assim, um espectro de abrangência do termo vulnerabilidade social bem mais amplo, ou seja, “tais obras se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda

População em geral” (ABRAMOVAY et ali, 2002). Em função disso, têm sido propostos a criação de instituições de assistência e programas sociais, entre eles o Projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte, voltados ao atendimento exatamente dessas crianças e jovens, caracterizados como em situação de vulnerabilidade social.



Além disso, é preciso destacar que o conceito de vulnerabilidade social, normalmente, está associado a outros dois: situação de risco e inclusão social. Esta perspectiva pode ser constatada quando se analisa o objetivo do projeto Segundo Tempo, que se refere a “democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de

inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em *situação de risco social*” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006), ou como afirma o projeto de implementação do projeto pelo SESC no Rio Grande do Sul, quando justifica a abrangência da referida política pública: “dessa forma, inseridos em diversas comunidades em situação de *vulnerabilidade social*, os participantes do programa acabam por levar até essas comunidades suas experiências que, indiretamente, também estarão sendo beneficiadas” (SESC, p. 06).

Seria o Segundo Tempo capaz de cumprir de cumprir tal tarefa? Pode-se responder tal questionamento seguindo dois pontos de vista. Por um lado, pode-se afirmar que o projeto cumpre seu papel no que diz respeito a oportunizar a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, possibilitando o convívio e aprendizados diferentes do cotidiano. Por outro lado, entende-se que os objetivos de superar a vulnerabilidade social e criar



mecanismos de inclusão social, não estão ao alcance deste tipo de projetos, pois embora tenha se verificado que muitos alunos mudaram seus comportamentos, aguçando seus interesses pelo esporte, é sabido que fora dos muros da escola a realidade daquelas crianças é bem diferente e não foi alterada.

Além disso, as atividades esportivas, aliadas à pretensa necessidade de complementar a educação escolar com práticas que ocupem o tempo ocioso das crianças e jovens, são apresentadas de forma linear e sem contradições, como uma prática social que contribui para a formação do indivíduo e para a promoção da saúde. No entanto, embora o projeto possa propiciar alguns momentos de prazer e alegria, é evidente que não serão programas isolados e temporários que alterarão as injustiças sociais que vivem. Ou seja, não será uma política de esporte que superará a exclusão social, mas ações políticas voltadas à educação, à saúde, ao emprego, à moradia, à infra-estrutura urbana de modo geral.

Além da questão da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, vinculado a esta questão, outro aspecto verificado no cotidiano da prática do Projeto Segundo diz respeito a questão de gênero, ou seja, foi motivo de destaque por parte dos colaboradores que analisaram o projeto se relaciona ao pequeno número de meninas atendidas pelo projeto.

Considerando que o projeto busca atender crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, pode-se inferir que neste processo se estabelece uma relação muito presente na nossa sociedade: o pressuposto de que os meninos são mais violentos, mais suscetíveis a criminalização e, portanto, necessitados de um atendimento mais específico que vise afastá-lo deste risco social iminente.

Como outra atividade humana, os projetos sociais em especial o Projeto Segundo Tempo - não estão isentos dos efeitos dos diferentes processos de generificação, que, de forma direta ou indireta, definem aqueles atributos ou aquilo que é mais adequado às mulheres e aos homens. Neste sentido, o processo de generificação engloba, para Ferreti e Knijnik (2007, p. 57-58), a colocação das “coisas da vida na ordem dos gêneros, apontando normas, atitudes, símbolos e ações pertinentes aos sexos, é hierarquizar os valores numa ordenação que geralmente é bipolar e excludente. (...) Ou seja, o gênero seria a construção cultural permanente daquilo que é considerado 'de homem' ou 'de mulher'”. Assim, as diferentes vivências humanas são demarcadas por ações que cada cultura estabelece

como sendo atributo masculino ou feminino, bem como definem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo.

Nesse sentido, Goellner (2003) afirma que muitas práticas sociais são efeitos da discursividade a respeito do que é pensado e nominado como masculino ou feminino, gerando uma série de hierarquizações, distinções e diferenciações entre meninos e meninas”, tais como o percebido do processo de definição do atendimento preferencial do Projeto Segundo Tempo aos meninos, atribuindo a eles uma maior vulnerabilidade e risco social.

Assim, esta ação direcionada aos meninos, especificamente, produz práticas de constituição do sujeito (masculino) socialmente vulneráveis, inventam sentidos, principalmente, relacionados ao risco social, e fazem circular e operar nas e pelas instâncias das políticas sociais, uma série de enunciados que produzem hierarquias e estabelecem a criminalização como uma característica masculina.

Considerações Finais

Muito se tem falado que o esporte é o “caminho” pelo qual crianças e jovens, oriundos de comunidades desfavorecidas economicamente, podem mudar sua vida, tendo a possibilidade de um futuro promissor. Embora o discurso ganhe diferentes contornos a cada período histórico-político do país e ainda que se produza várias possibilidades de “releituras” do esporte, a referência continua a ser o do alto rendimento. Tenta-se aplicar alguma base teórica que fuja dos modelos padronizados e profissionalizantes, mas o foco, quase sempre, vem convergindo para os padrões estipulados pela indústria do esporte.

No entanto, o que se constatou, a partir da análise do processo de implementação do Projeto Segundo Tempo na cidade do Rio Grande, é que apesar de o esporte há muito fazer parte de políticas públicas e, hoje, mais do que nunca, de um novo modelo político, que são as parcerias público-privadas, com o discurso de promover a “inserção social” e a “cidadania”, muito pouco, ou praticamente nada, tem mudado em relação à desestruturação social da população brasileira.

A participação do terceiro setor nessas políticas consolidadas pelo sistema neoliberal vem permeando as intervenções políticas, econômicas e

culturais, ou seja, as políticas sociais vêm sendo, em sua maioria, intermediada pelo aumento da participação de instituições do terceiro setor e a diminuição da interferência e responsabilidade do Estado no financiamento e implementação destas políticas públicas.

O Projeto Segundo Tempo é um dos exemplos a serem citados como modelo neoliberal de execução de programas sociais. Esse projeto, em Rio Grande, é implementado pelo SESC e vem cumprindo uma função que deveria ser do Estado. Tal instituição justifica sua participação nesse projeto devido ao burocrático e ineficiente gerenciamento dos programas e projetos sociais pelo governo, tornando-se incapaz de atender as demandas existentes.

A primeira vista, poderíamos questionar como o governo federal financia um programa para uma entidade que o classifica de incompetente e despreparado. No entanto, esta contradição é aparente, pois o que se constata é a consolidação de um novo modelo de ação social, em que ao Estado interessa criar a legitimação para que, pouco a pouco, estas políticas sejam assumidas por organismos da sociedade civil.

Além disso, conclui-se que esta concepção salvacionista imputada ao esporte parece ser, ao mesmo tempo, um descaso e uma ilusão, pois o Estado deixa de cumprir um direito social definido constitucionalmente e consolida na sociedade um discurso fantasioso. A prática esportiva, através de políticas públicas, pode sim exercer importante diferencial para uma comunidade, oportunizando além do desporto, o lazer, a recreação, entre outros. Entretanto, isoladamente, as atividades propostas em um projeto social como o Segundo Tempo não têm possibilidade de cumprir o objetivo que lhe tem atribuído, de ser um mecanismo de “inclusão social” e de constituição da “cidadania”.

Referências:

ABRAMOVAY, Miriam et alli. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BIRD, 2002.

AYRES José R. C. et alli O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRACHT, Valter & ALMEIDA, Felipe Quintão de. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 7-210, mai/2003.
- BROHN, Jean-Marie. **Sociologie politique du Sport**. Paris: Jean-Pierre Delarge, 1976.
- CARVALHO, J. e PEIXOTO, V. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 20.ed. São Paulo: Cultural Brasil, 1972.
- DAMATO, Marcelo & POMBO Cristiano Cipriano. **Mais alto, mais forte, mais rápido (talvez menos humano)**. Folha Olímpada. Folha de São Paulo. São Paulo: 2000.
- FERRETTI, M. A. C. e KNIJNIK, J. D. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. In: **Revista Movimento**. Porto Alegre: v. 13, p. 57-80, 2007.
- FILGUEIRA, Carlos e ANDRÉS, Peri. **América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes**. Santiago de Chile: Copyright, 2004.
- GOELLNER, Silvana Villodre. **Gênero, Educação Física e Esportes: do que falamos quando em gênero falamos?** Porto Alegre: mimeo, 2003.
- MELO, Marcelo Paula. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Projeto Segundo Tempo**. Disponível em: <http://www.upv.org.br/segundotempo/manualdiretrizesorientacoessegundotempo.pdf>. Acessado em 06 de julho de 2006.
- SANCHES, Kátia Regina de Barros. **A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade**. Disponível em: <http://portalteses.sict.fiocruz.br/>, 1999. Acessado em 24 de abril de 2008.
- SESC (Serviço Social do Comércio) **Projeto: programa Segundo Tempo**. Porto Alegre: SESC, 2005.
- _____. **Projeto Segundo Tempo**. Disponível em: <http://www.sesc-rs.com.br/home/sobre/index.htm>. Acessado em 15 de janeiro de 2007.
- SUAS. Norma Operacional do SUAS - Resolução CNAS nº 130/2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acessado em 24 de abril de 2008.
- THOMAS, R., HAUMONT, A. e LEVET, J. L. **Sociologia del Deporte**. Barcelona: Bellaterra, 1987.

**Por uma Política de
Educação Física para a
Rede de Ensino Pública da
Cidade do Rio Grande**

Por uma Política de Educação Física para a Rede de Ensino Pública da Cidade do Rio Grande¹

Msc. Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer², Tatiana Afonso da Costa³

RESUMO: *Este artigo apresenta as relações construídas a partir da pesquisa **Políticas públicas para educação física na cidade de Rio Grande: onde a política é o esporte**, integrante do Núcleo FURG da Rede CEDES iniciado em dezembro de 2006, que teve por objetivo geral identificar e mapear as políticas públicas de educação física e de esportes identificadas no funcionamento da educação física escolar na rede pública de ensino da cidade do Rio Grande. Tais relações foram construídas a partir do cruzamento do mapeamento realizado com os depoimentos dos professores de educação física atuantes na rede. A principal relação diz respeito à constatação de que as políticas de educação física em funcionamento nas redes municipal e estadual de ensino desta cidade praticamente encontram-se reduzidas às políticas públicas de esportes, resultando na indicação da importância de que sejam realizados investimentos nos processos de construção dos projetos ou planos político-pedagógicos das escolas e projetos ou programas de formação permanente visando ampliar o repertório de políticas públicas de educação física nesta cidade.*

Introdução

Muito se discute sobre o atendimento ou não, dos interesses e necessidades da população através de políticas de estado. Entre estas discussões podem ser colocadas as expectativas que as pessoas têm com relação à saúde, à educação, às maneiras de se locomover na cidade, às possibilidades de usufruir o lazer, as práticas esportivas, o acesso aos bens de consumo etc.

¹ Este artigo foi extraído da pesquisa “**Políticas públicas para educação física na cidade de Rio Grande: onde a política é o esporte**”, integrante do Núcleo FURG da Rede CEDES, teve seu início em dezembro de 2006 e conclusão em dezembro de 2007.

² Mestrado em Educação – FACED/UFRGS, Professor Adjunto – DECC/FURG. Universidade Federal do Rio Grande. felipao@vetorial.net.

³ Graduada do curso de Licenciatura em Educação Física/FURG, bolsista da Rede CEDES. tatianaedufis@yahoo.com.br.

Ao poder público, investido pelas administrações federal, estadual e municipal, é atribuída responsabilidade sobre a formulação de políticas públicas que contemplem o atendimento de tais expectativas, e mais do que isto, sobre a implementação ou materialização de tais políticas.

Neste sentido, tem sido institucionalizado o delineamento de tais políticas em diferentes esferas da administração pública, seja nos casos em que ocorre a formulação e proposição de forma explícita, seja em outros em que uma “política” é colocada em funcionamento pela ausência de sua explicitação. Normalmente, fica a cargo das Secretarias (federais, estaduais e municipais), Coordenadorias (estaduais) e Conselhos (municipais), entre outros, a incumbência de implementação de políticas públicas formuladas em níveis superiores, quando não lhe cabe a própria formulação.

O debate sobre as políticas públicas articula-se numa rede de questões que relaciona Estado, sociedade e mercado, em que predominam as políticas econômicas e a complexa relação entre democracia política e democracia social. Dessa forma, ao se discutir as políticas públicas se deve levar em consideração, segundo Cohn (1996:2),

a questão da lógica do seu financiamento e da prestação de benefícios e serviços, e, neste caso, da sua produção, ocupa lugar central no debate atual, e que se desdobra em termos da compatibilidade entre os objetivos propostos por cada política setorial – e dos respectivos programas aí presentes – da área social; da disponibilidade, origem e constância dos recursos disponíveis e previstos para sua efetivação; e da sua eficiência quanto a atingir os objetivos e o público-alvo previamente definidos.

A discussão que orienta a análise e a produção do conhecimento nesta área tem se centrado nestes aspectos, por serem eles os definidores políticos e que demarcam ideologicamente a implantação de políticas públicas no país.

Pautando o esporte dentro dessa perspectiva acabamos por demandar uma discussão de política de lazer que conseqüentemente engloba o esporte enquanto um dos conteúdos da educação física escolar e enquanto alternativa de acesso ao lazer e suas potencialidades. As políticas públicas de esporte, de lazer e de educação física estão intimamente relacionadas, sendo que muitas vezes confundem-se, quando não são reduzidas umas às outras. Assim sendo, é comum depararmos-nos com a redução das possibilidades de lazer à vivência de práticas esportivas, com a

predominância do esporte na educação física escolar, com a distinção quanto ao que “pode acontecer” no lazer e o que “pode acontecer” na educação. Tais constatações acabam atribuindo univocidade a diferentes áreas, dando a impressão de que existam significados fixos do que sejam educação física, esporte, lazer e educação, além de relacioná-los ora de forma antagônica, ora confusa. As possibilidades de estabelecer relações entre políticas públicas que envolvam estas áreas são múltiplas, determinadas pelas concepções que se tenha sobre cada área.

No entanto, destaca-se que as políticas públicas são concebidas considerando não apenas interesses objetivos da população, mas também, interesses políticos e econômicos de governo. Assim, não somente políticas explicitamente relacionadas ao esporte definem a relação deste com a educação formal e por outro lado, a abrangência da manifestação cultural **esporte** não se limita às relações que este possa ter com o ensino formal e com a educação física⁴ enquanto componente curricular obrigatório e disciplina dos currículos escolares⁵.

Para este artigo tomamos Políticas Públicas como: princípios, diretrizes, parâmetros, leis, programas, projetos e ações estratégicas desenvolvidas na sua maioria pelos poderes públicos – no objetivo de promoção e desenvolvimento de determinadas áreas – mais especificamente Educação física e Esportes. Esta definição não pretende reduzir o que sejam Políticas Públicas, mas explicitar como está utilizada neste texto e na pesquisa a que este está vinculado.

Tal pesquisa se debruçou sobre a relação entre educação física e esportes na rede pública escolar da cidade do Rio Grande, e se interessou especialmente pelas Políticas Públicas que pretendem colocar a educação física escolar em funcionamento. Teve por objetivo mapear especificamente as políticas públicas de educação física nos níveis federal, estadual e municipal, no ensino formal público da cidade do Rio Grande, analisando o que estas têm de implicação com políticas públicas de esporte e confrontando com as políticas para a educação física identificadas pelos/as professores/as de educação física desta rede de ensino. O processo de pesquisa foi orientado a partir das seguintes perguntas: Como estão constituídas e quais são as políticas públicas destas áreas? Como elas

⁴ Tem sido atribuída à educação física a responsabilidade de desenvolver o esporte, não somente relacionando aos elementos educacionais, como também, pela “importância” que este tem para a vida humana.

⁵ A LDB de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem estas definições regulamentando seu funcionamento.

funcionam em práticas localizadas - secretaria e coordenação de educação e escolas? Como estas são identificadas (ou não) pelos/as professores/as de educação física? Para atingir tais objetivos propusemos a identificação e análise de documentos oficiais relacionados às referidas políticas, identificação e análises de propostas de ações que (explicitamente) implementem políticas públicas relacionadas ao tema desta pesquisa, assim como, coleta de depoimentos dos/as professores/as de educação física atuantes nas redes de ensino de Rio Grande. Os **depoimentos** dos professores foram coletados a partir de um roteiro construído para este fim. Considerando os dados coletados durante a pesquisa podemos afirmar que as políticas públicas explicitadas como estando em funcionamento na rede escolar pública de Rio Grande até então, são as propostas de Jogos Escolares (JERGS – SEC/RS e JEM – SMEC/PMRG) inferidos a partir dos depoimentos dos professores e das informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Rio Grande e da 18ª Coordenadoria Regional de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Mas há que se considerar que as políticas públicas de educação física e de esportes não podem ser reduzidas àquelas de governo, ainda que no caso da rede pública de ensino, devesse ser responsabilidade de governo a elaboração, proposição e implementação de tais políticas. A ausência de políticas oficiais, em muitos casos, acaba definindo a política, por exemplo, quando é explicitado que a política de educação física de uma Secretaria de Educação “é dar um segmento ao trabalho do professor”⁶, e mais, que isto “depende da sensibilidade” de quem está na Coordenação da educação física, que é correlata a proliferação de ações vinculadas principalmente à proposição de Projetos relacionados ao desenvolvimento do esporte ligado às escolas.

Entre tais ações foram identificadas iniciativas privadas que se dirigem (visam) às escolas públicas normalmente em consonância com ações governamentais. Sobre este tema LIÃO JÚNIOR (2003:43) destaca que:

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio

⁶ Fragmentos do depoimento feito aos pesquisadores pelo Prof. Marco Aurélio Fernandes Carvalho – Coordenador da área da Educação física na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), da Prefeitura Municipal de Rio Grande

de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as Políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos.

Assim, projetos⁷ como Projeto Bom de Bola e Projeto Amanhã, que se constituem como ações de iniciativa privada, têm como público-alvo as escolas e como estratégia de atuação a organização de jogos/campeonatos que são escolares, uma vez que as equipes que deles participam representam as escolas. Tais ações somente foram identificadas quando relacionamos o mapeamento proposto e realizado pela pesquisa e os depoimentos dos professores de educação física das escolas da rede pública de ensino da cidade do Rio Grande.

Mapeamento das políticas públicas de educação física e de esportes

Nesta parte da pesquisa identificamos e analisamos documentos que visam de alguma maneira, colocar a educação física em funcionamento. Para isto, mapeamos o que existe em termos de políticas públicas “oficiais” ordenando-as, para a apresentação neste artigo, do nível nacional ao municipal. As políticas identificadas foram agrupadas em políticas públicas normativas⁸ e programáticas, são elas:

⁷ Tais projetos são de iniciativa privada e dirigem-se as escolas como área de atuação. Nos depoimentos dos Coordenadores da área da educação física da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Rio Grande e da 18ª Coordenadoria Regional de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, foi confirmada, no entanto que a divulgação e estímulo a participação em tais projetos conta com a aquiescência dos órgãos públicos citados.

⁸ Para a apresentação do mapeamento neste texto consideramos **normativas** aquelas políticas públicas que dizem respeito às legislações e diretrizes, e **programáticas** aquelas políticas públicas que se constituem em programas, ações ou projetos de iniciativa de governo (secretarias e coordenadorias) ou privada e que se explicitem em forma de projeto documental.

Políticas Públicas Normativas	Políticas Públicas Programáticas
<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República do Brasil (1988), • Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB, 1996), • Plano Nacional de Educação (PNE, 1996 e PNE, 2001), • I e II Conferência Nacional do Esporte Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCN, 1997), • Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação do Ensino Médio (2000). 	<ul style="list-style-type: none"> • Olimpíadas Escolares, • Segundo Tempo, • Programa Escola de Tempo Integral, • Projeto Escola Aberta, • Jogos Escolares do Rio Grande do Sul – JERGS, • Jogos Escolares Municipais - JEM, • Projeto Bom de Bola, • Projeto Papa Léguas, • Projeto Integração, • Projeto Amanhã, • Projeto Espelho, • Jogos Especiais do Município, • Copa de Ginástica Artística.

Com relação às Políticas Normativas analisamos, identificamos e destacamos as leis e diretrizes maiores que estabelecem princípios de funcionamento para a educação física. Neste sentido, a Constituição da República do Brasil (1988), ressalta que é “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (Art. 217). Por sua vez, a LDB (1996), o PNE (1996), o PNE (2001), o PCN (1997) e o PCN (2000), definem e regulamentam a **educação física**, integrada à proposta pedagógica da escola, e, como, **componente curricular obrigatório** da educação básica, definindo inclusive condições que facultem sua prática (Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003). Especificamente a LDB (1996, Art. 27), define os conteúdos curriculares da educação básica visando a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Já no PNE (2001), encontramos como diretrizes o incentivo a prática de esportes, melhoria de estrutura física das escolas, contemplando espaços especializados para atividades esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos. Como “Objetivos e Metas” que orientam a educação física escolar, ressaltando que esse item abrange Ensino Fundamental e Ensino Médio, destacamos a elaboração de padrões mínimos nacionais de infraestrutura para o ensino incluindo: espaços para esporte, recreação, promoção de escola em tempo integral com, no mínimo, duas refeições e

apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas.

Por outro lado nos PCN (1997), é apresentado entre os objetivos para o Ensino Fundamental que os alunos sejam capazes de utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias. O PCN define que:

O trabalho de Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental é importante, pois possibilita aos alunos terem, desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções.

Além disso, neste documento encontramos esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas como conteúdos de educação física no Ensino Fundamental (PCN, 1997).

No PCN do Ensino Médio (2000, Art. 27), estão caracterizados os conteúdos curriculares da educação básica, entre os quais: a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais, concluindo que “a educação física deve ser trabalhada em diversas vertentes, abordando, assim, jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas e não se restringindo há apenas uma modalidade”.

Entre as políticas públicas apresentadas neste texto como programáticas, consta no Projeto Olimpíadas Escolares, implantado e criado pelo Ministério do Esporte e com sua primeira edição em 2005, um destaque a um fragmento do discurso do Excelentíssimo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva:

Trata-se do compromisso de transformar o esporte escolar brasileiro em um importante instrumento de inclusão social, de valorizar e revitalizar a prática esportiva nas escolas públicas e privadas do país e de promover a descoberta de novos talentos para o esporte brasileiro(...).

Tal missão atribuída ao Projeto está substanciada nos objetivos do mesmo da seguinte forma explicitados: a) fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; b) possibilitar a identificação de talentos desportivos nas escolas; c) contribuir para com o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte; d) garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer, mais oportunidade de acesso a prática do esporte escolar aos alunos. Sendo que está subentendido que fica a cargo da educação física escolar o sucesso de tal empreendimento.

Já, nos objetivos do Projeto Segundo Tempo, também do Ministério do Esporte, está definido que o mesmo deve ser aplicado aos alunos em risco social e idade escolar: democratizando “o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social”; oferecendo “práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral” e oferecendo “condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade”. No projeto Segundo Tempo implantado na cidade do Rio Grande, no ano de 2006, pelo SESC, tais objetivos foram ampliados e especificados, aumentando as funções que projetos com tais características devem cumprir.

Na I Conferência Nacional do Esporte (2004), foi esboçado o Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, levantando as definições e objetivos de: “Esporte e Alto Rendimento”, “Esporte Educacional”, “Direito ao Esporte e ao Lazer”, “Esporte e Conhecimento” e “Esporte Educacional”. Já a II Conferência Nacional do Esporte (2006), registrou que:

o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de alto rendimento, não [são]excludentes entre si, articulados de forma equânime em uma estrutura aberta, democrática e descentralizada que envolve os municípios, os estados e a união, nos âmbitos públicos e privado, primando pela participação de toda a sociedade.

Dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul – JERGS destacam-se seus objetivos que são:

I - Fomentar a prática do desporto educacional, contextualizando-o como meio de educação; estimular a iniciação e a prática esportiva entre os escolares, da rede pública de ensino;

II - Contribuir para o desenvolvimento integral do educando como ser social, estimulando o pleno exercício da cidadania, através do esporte;

III - Fomentar a ocupação do tempo do educando, tendo por fim o acesso a essa prática;

IV - Incentivar a integração entre a escola e a comunidade escolar, através das atividades esportivas, reforçando o espírito de grupo entre as escolas participantes.

O Projeto “Bom de Bola Parati”, uma parceria entre prefeituras e secretarias de educação, RBS TV e Parati, em funcionamento desde 1995, é

conhecido como “Guri Bom de Bola” no Rio Grande do Sul. O projeto é definido como “um campeonato escolar que promove o esporte amador, a educação para a cidadania e o desenvolvimento humano, democrático e integral das crianças” e é destinado “a crianças e adolescentes das escolas públicas e particulares com idades entre 11 e 14 anos, o projeto acontece simultaneamente nos três Estados do Sul e envolve anualmente, desde a fase escolar-municipal, cerca de 300 mil participantes por edição”. Desde 2004, o projeto “Bom de Bola vai à Escola” é desenvolvido na escola, buscando apresentar “o Bom de Bola e estimular a participação e envolvimento da escola, dos professores e diretores no Projeto”.

Outros projetos como Jogos Escolares Municipais, Projeto Papa Léguas, Projeto Integração, Projeto Amanhã, Projeto Espelho, Jogos Especiais do Município e Copa de Ginástica Artística, foram identificados como estando em funcionamento na cidade do Rio Grande, mas não foram analisados na busca de seus objetivos para a implicação com a educação física escolar. Tais projetos confirmam a predominância de iniciativas voltadas à escola e relacionadas ao esporte.

Sobre os depoimentos dos professores de educação física

Com relação à metodologia empregada na pesquisa para atingir os objetivos expressos anteriormente, associado ao mapeamento apresentado, foi mantido contato com os professores de educação física da rede pública de ensino da cidade do Rio Grande quando lhes foi apresentado um roteiro e acertado de que forma seria registrado um depoimento seu acerca das questões norteadoras. Ficou acertado que os que desejassem agendariam uma data para ser respondido o depoimento e àqueles que possuíssem correio eletrônico seria enviado um roteiro com as seguintes questões:

1. Quais Políticas Públicas – de educação física e de Esportes - identificas que sejam implicadas com tua prática pedagógica na escola?
2. A partir de que referências organizas a educação física na escola? (Propostas, objetivos e conteúdos).
3. Que significado atribues ao Esporte na escola?

Tais questões foram elaboradas com a intenção de identificar implicações entre a prática pedagógica dos professores de educação física e políticas públicas da área. De aproximadamente quarenta professores

contatados pessoalmente, onze produziram um depoimento sobre os quais se pode inferir pelo menos duas considerações. A primeira delas é com relação à certa indefinição por parte dos depoentes a cerca do que sejam políticas públicas, ainda que acompanhando o roteiro para depoimento tenha sido apresentado brevemente como esta pesquisa se situou⁹ com relação às políticas públicas, especificamente de educação física e esportes. Tal indefinição pode ser demonstrada de varias maneiras: quando não é identificada política pública alguma em funcionamento na educação física escolar; quando é confundida com intenções pedagógicas do próprio professor sem ser identificada enquanto política; ou quando é reduzida às políticas de infra-estrutura, de recursos materiais e de esportes. Ainda que existam inúmeras políticas públicas dirigidas ao funcionamento da educação física mapeadas por esta pesquisa e já citadas, os jogos escolares foram as únicas identificadas pelos professores de maneira explícita.

Uma segunda consideração que pode ser feita sobre os depoimentos, está relacionada à forma como os professores organizam a educação física nas escolas onde trabalham. Os depoimentos demonstram a ausência de qualquer política que oriente a organização da prática pedagógica destes professores, principalmente quando estes afirmam que esta é organizada a partir dos referenciais desenvolvidos em sua formação inicial ou na sua “prática”. Apenas em um depoimento foi citado de forma genérica os Parâmetros Curriculares Nacionais, como estando implicados na organização da educação física escolar. Quando é citado qualquer tipo de diretriz que norteie a prática da educação física escolar esta é restrita ao planejamento da escola, do grupo de professores ou, individualmente, ao professor da área de educação física.

Outros caminhos

Neste sentido, a combinação de dois elementos é aqui apontada como uma possibilidade de construção de outros caminhos para a educação física escolar nesta cidade que não sejam reduzidos ao desenvolvimento do esporte. A pesquisa tem este caráter positivo, quando indica não exatamente

⁹Na primeira parte deste artigo foi apresentada a discussão a cerca desta temática que foi apresentada no roteiro para os professores nos seguintes termos: “Para esta pesquisa tomamos Políticas Públicas como: princípios, diretrizes, parâmetros, leis e ações estratégicas desenvolvidas pelos poderes públicos ou privados no objetivo de promoção e desenvolvimento de determinadas áreas mais especificamente Educação física e Esportes.”

a saída para aquilo que se possa considerar problema ou entrave ao desenvolvimento da educação física escolar, mas quando apresenta algo de diferente do que observa estar em funcionamento. Não se trata de prescrever receitas, mas sim de expor como os nós anunciados foram construídos nesta pesquisa. Assim, os elementos que apresentamos para combinação e que nos ajudam a construir redes de combinações são:

a) investimentos permanentes na construção e elaboração dos **projetos político-pedagógicos (PPP)** das escolas por parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 18ª Coordenadoria Regional de Educação e professores;

b) investimentos na construção e implementação de uma política de **formação permanente**/continuada dos professores das respectivas redes de ensino.

Em relação ao primeiro elemento pode-se afirmar que não é algo novo a ser apresentado, mas se trata de assumir o PPP como documento vivo que produz “realidades” ou efeitos sobre a “realidade”. Trata-se de provocar os educadores e, neste artigo, especialmente os professores de educação física a construir permanentemente o Projeto ou Plano da escola em que estão inseridos. Neste sentido, Santiago (2004:168-167), afirma que

a tarefa de construção de um projeto político-pedagógico requer um longo processo de reflexão-ação (unidade teoria-prática) orientado por parâmetros que se articulam em duas dimensões: a) fatores que dizem respeito aos propósitos que motivaram o grupo na promoção das mudanças (dimensão política); b) fatores que se referem ao nível das mudanças curriculares, metodológicas e administrativas que processualmente, deverão ocorrer na escola (dimensão pedagógica).

A afirmação acima, ainda que opere com uma separação entre as dimensões política e pedagógica, indica os níveis de implicação que devem estar explicitados no processo de construção de um PPP. As mudanças que pretendem ser concretizadas por um PPP estão mais no nível dos efeitos que o processo de construção do mesmo possa produzir, do que das intenções que possam ser colocadas como princípio motivador para a sua elaboração e implementação. É no nível destes efeitos que tal processo pode ser considerado produtor de “realidades”. É no nível dos efeitos deste processo que outros caminhos podem ser produzidos para/na escola e para/no funcionamento da educação física escolar.

Um investimento neste processo significa a valorização da

organização coletiva dos educadores e, mais do que isto, significa reconhecer a singularidade de cada escola, já que as possibilidades de construção do PPP, segundo Veiga (2004:14), “passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade”, pois esta

é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nesta perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem esta iniciativa, mas que lhe dêem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino. (Veiga, 2004:11-12)

Além disso, um investimento nestes processos significa colocar visibilidade sobre as políticas educacionais. Neste sentido, pode significar a produção de políticas públicas, já que, se a escola

nutre-se da vivência cotidiana de cada um de seus membros, co-participantes de sua organização do trabalho pedagógico à administração central, seja o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Estadual ou Municipal, não compete a eles definir um modelo pronto e acabado, mas sim estimular inovações e coordenar as ações pedagógicas planejadas e organizadas pela própria escola. Em outras palavras, as escolas necessitam receber assistência técnica e financeira decidida em conjunto com instâncias superiores do sistema de ensino. (Veiga, 2004:15)

Investir no processo de produção do PPP de cada escola pode assim, produzir diferentes demandas por políticas públicas educacionais abrangentes e outras específicas dirigidas a cada área, como por exemplo, à área de educação física, interesse deste artigo.

O segundo elemento apresentado tem implicações com o primeiro. Uma política de **formação permanente** ou continuada¹⁰ necessita da construção individual e coletiva de intencionalidades, tanto quanto o processo de construção do PPP de cada escola. No entanto devemos considerar que, a expressão formação permanente “permite uma gama bastante extensa de possíveis significados, de acordo com os objetivos que se tem em mente e, fundamentalmente, com a intencionalidade que a

¹⁰ Para este artigo assumimos a expressão formação permanente pelo que esta pode indicar no sentido de algo que acontece de maneira incessante, o tempo todo; ao contrário de uma noção seqüencial e evolutiva que a expressão continuada pode induzir.

acompanha” (Molina Neto e Günther, 2000:87). Neste sentido, ainda segundo estes autores, não se deve reduzir formação permanente ao conceito de reciclagem, pois isto pode implicar, em educação, um distanciamento entre a aplicação e a produção de conhecimentos.

Em pesquisa realizada com professores de educação física das escolas municipais de Porto Alegre-RS, tratando da compreensão dos significados das atividades de formação permanente sobre a prática pedagógica destes, é apontada a necessária implicação entre este tipo de formação e o lugar onde se processa, pois

A escola é, para a maioria dos professores de educação física participantes deste estudo, o lócus privilegiado de formação permanente. Mesmo quando participam regularmente de eventos de formação fora da escola, referem-se à necessidade de espaços de formação no próprio cotidiano escolar. (Molina Neto e Günther, 2000:92)

Investimentos nestes processos construção dos PPP e formação permanente estão também relacionados a mudanças ou transformações no funcionamento da educação física e da escola. Isto não significa que se proponha fixar mudanças desejadas e em função disto desenvolver os processos. Isto estaria mais associado à adaptação e, menos a mudança ou transformação das “realidades”.

Os processos de construção dos PPP associados a projetos de formação permanente não só exigem novas demandas em termos de política públicas como, mais do que isto, podem servir como constituidores das mesmas, indicando um caminho inverso ao tradicionalmente estabelecido em que estas “descem” verticalmente de instâncias administrativas superiores e externas à escola.

Esta é a possibilidade que tal indicação pode ter para o campo/área de políticas públicas de educação física que não deve se resumir necessariamente às políticas públicas de esportes.

Referências:

Almeida, Felipe; Bracht, Valter. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 24, n. 3, p. 87 101, maio 2003.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e a Pobreza no Brasil. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. Brasília: IPEA, n. 12, mai.,1996.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lião Júnior, Roberto. Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 24, n. 3, p. 39 52, maio 2003.

Veiga, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível/ Ilma Passos Alencastro Veiga (org.). – Campinas, SP: Papirus, 1995.

Veiga, Ilma Passos Alencastro. “PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA”. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Santiago, Anna Rosa F. “ESCOLA, APRENDIZAGEM E DOCÊNCIA: IMAGINÁRIO SOCIAL E INTENCIONALIDADE POLÍTICA”. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Molina Neto, Vicente e Günther, Maria Cecília Camargo. “FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA”. *Revista paulista de Educação Física*, São Paulo, 14(1):85-97, jan/jun. 2000.

Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 2007.

Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 2007.

Ministério do Esporte. I Conferência Nacional do Esporte. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/1_conferencia/default.jsp>. Acesso em: 2007.

Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

Programas da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/governofaz/index.asp>>. Acesso em: 2007.

Projeto “Bom de Bola”. Disponível em: <<http://www.bomdebolaparati.com.br/principal/listanoticias.jsp?tipo=3>>. Acesso em: 2007.

Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 2007.

Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Jogos Escolares do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/governofaz/showProject.asp?idProjeto=162>>. Acesso em: 2007.

Levantamentos das
Políticas Públicas de Lazer
para a Terceira Idade no
Município de Rio Grande/RS
1998 a 2007

Levantamentos das Políticas Públicas de Lazer para a Terceira Idade no Município de Rio Grande-RS 1998 A 2007

Mirella Pinto Valério¹, Rosane Balsan², Grace Coswig Baysdorf³,
Ana Cláudia Flores Lanau⁴, Paula Florêncio Ramires⁵.

Resumo: Esta pesquisa objetivou identificar as políticas públicas de lazer e ações do poder público com relação à oferta e oportunidades de lazer voltadas aos idosos riograndinos. Para tanto, foram coletados dados na Prefeitura Municipal de Rio Grande, na Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer; na Secretaria de Cidadania e Assistência Social; no Conselho Municipal do Idoso; na Câmara Municipal de Vereadores; nos Grupos de Idosos e em reportagens no Jornal Agora. Verificamos que embora existam legislações, as ações desenvolvidas e as ofertas de atividades de lazer para a terceira idade são poucas.

Introdução

Considerando a heterogeneidade da população idosa, é preciso reconhecer normas, valores e diferenças resultantes das experiências individuais de vida. Além disso, é necessário romper com os estereótipos que subjazem as discriminações, oportunizando novas formas de participação social, possibilitando novas experiências, alternativas de lazer e realizações pessoais, em um ambiente em que a experiência da criatividade, da autonomia e da liberdade seja vivida coletivamente.

As transformações conjunturais se refletem em todas as gerações, mas é o segmento idoso o que mais sofre as mazelas resultantes do estado mínimo para as políticas sociais, logo são necessárias políticas que articulem os diversos setores públicos, tais como saúde, lazer, educação e assistência social, buscando assim contemplar as diferentes demandas da

¹ Professora de Educação Física - FURG. Doutoranda em saúde coletiva- UNIFESP

² Dra. em Geografia. Integrante da Rede Cedes- Rio Grande. E-mail: rosanebalsan@hotmail.com

³ Acadêmica de Educação Física- FURG; Bolsista da Rede Cedes Rio Grande.

⁴ Acadêmica de Educação Física- FURG ; Bolsista voluntária.

⁵ Acadêmica de Geografia Bacharelado- FURG ; Bolsista voluntária

população idosa, visando sua inclusão.

Partindo deste princípio, a pesquisa procura identificar as atividades de lazer para a terceira idade no município de Rio Grande/RS, cidade que possui uma população de 186.544 habitantes, do qual 21.286 apresentam idade igual ou superior a 60 anos, correspondendo a 11,41% da população de cidadãos pertencentes à terceira idade. (IBGE, 2001)

Portanto, as questões que embasaram essa pesquisa foram identificar as políticas públicas de lazer e ações do poder público com relação à oferta e oportunidades de lazer voltadas aos idosos riograndinos.

Para tal, optou-se por focar as atenções na Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria de Cidadania e Assistência Social; Conselho Municipal do Idoso; Câmara Municipal de Vereadores; Grupos de Idosos e Universidade Federal do Rio Grande, procurando identificar aspectos relacionados à sua constituição, criação, competência e projetos desenvolvidos voltados à terceira idade, além de rastrear notícias referentes aos idosos publicados em um jornal local.

A coleta de dados referente aos grupos de Idosos foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada aplicada aos coordenadores dos seis grupos em atividade no município, depois de acertadas datas e horários para sua execução. Nestas entrevistas foram coletadas informações sobre os seguintes temas: histórico, hábitos, institucionalização dos grupos, lazer em Rio Grande, perfil pessoal dos coordenadores, e se esses possuem algum projeto de política pública.

Quanto à aquisição de dados relacionados aos órgãos públicos, estes ocorreram por intermédio de visitas às Secretarias Municipais, ao Conselho Municipal do Idoso e a Câmara de Vereadores. Após várias visitas realizadas entre os meses de março a setembro de 2007, ficou acordado que as Secretarias envolvidas enviariam relatórios de seus projetos e programas via ofício e/ou e-mail.

O levantamento das reportagens foi realizado no jornal Agora, através de leitura das 2340 edições compreendidas entre os anos de 1998 a 2006. Das 153 matérias encontradas com temas relacionados aos idosos, 71 foram selecionadas, reproduzidas e catalogadas de acordo com a temática para posterior análise.

O lazer e os idosos

O lazer é uma necessidade na vida do ser humano. Ele é aqui compreendido como um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se livremente, seja para repousar, divertir-se, recrear-se, entreter-se ou ainda para desenvolver sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1974).

As atividades de lazer têm uma importância social, ao proporcionar um espaço de encontro e convívio. Através dele, pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir outras possibilidades para uma vida melhor, constituindo um direito de todos brasileiros. Assim, não podemos conceber o lazer como uma ocupação funcionalista, compensatória, para preencher o tempo livre ou atender à lógica de produção do mercado, tornando o homem um elemento passivo.

Portanto, o lazer deve ser uma atividade espontânea, que faz parte do cotidiano, devendo ser revisto pela sociedade de consumo, no sentido de minimizar os efeitos negativos verificados na dinâmica das relações das sociedades modernas, principalmente para a população idosa uma vez que o envelhecimento populacional provoca a transformação da velhice em um problema social complexo, acompanhado pela busca de mudanças nos discursos e práticas, inclusive no que diz respeito ao lazer.

Além disso, com a expectativa de vida dos brasileiros ultrapassando a idade de 70 anos, e prevendo-se que nos próximos anos, 82% desses residam nos centros urbanos, acreditamos que as cidades devam oferecer condições de acesso e circulação, para que os idosos possam viver em coletividade e interagir com a sociedade, a fim de não perderem suas referências identitárias. (IBGE, 2000).

Sobre o assunto, Bramante (2001, p. 168-169), ressalta que:

[...] essa nova geração de idosos deverá percorrer um caminho onde novos valores poderão ser incorporados com a vinda da aposentadoria, demandando processo educativo prévio para que haja um engajamento consciente às suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e convivência social, através das experiências de lazer.

Logo, criar espaços e opções para o lazer envolve um processo de reflexão sobre os caminhos que viabilizam o acesso aos direitos sociais. Para os idosos, “A frequência a lugares públicos induz à participação em

novas atividades suscitando, assim, o sentimento de pertencer a um espaço e a um grupo caracterizado pela vontade de envelhecer ativamente, criando um novo emprego do tempo livre”. (PEIXOTO, 1997, p.45).

Entretanto, os idosos apontam dificuldades em relação às condições do passeio público, muitas calçadas são irregulares, quebradas com falta de lajotas, faltam tampas de esgotos, os meio-fios são altos, encontram entulhos de obras nas calçadas, casas com rampas para carros muito inclinadas, além das ruas esburacadas, sem calçamento ou com problemas de escoamento das chuvas, limitando assim o acesso às atividades de lazer.

As ofertas de lazer por parte dos órgãos públicos devem trabalhar na perspectiva da educação para e pelo lazer, contemplando a todos. Devem ser ricas, equilibradas e diversificadas em conteúdos culturais, possibilitando integrar à sociedade a população idosa, valorizando-a no exercício da cidadania. (MULLER, 2002)

Neste sentido, cabe aos gestores públicos uma busca na inversão de perdas, tratando o envelhecimento como uma etapa possível de prazeres e realizações, trazendo nova imagem e tratamento dos idosos, abrindo espaços para a busca de um envelhecimento bem sucedido, ou seja, uma velhice mais independente, autônoma.

Legislação e direitos dos idosos

O envelhecimento saudável envolve ações de políticas públicas que promovam modos de viver mais salutar em todas as etapas da vida. Neste sentido, são necessárias ações que permitam a inclusão social e o sentimento de pertencimento comunitário do segmento mais velho da população.

Segundo Borges (2006), é necessário investir em mudanças sociais, a fim de tornar o contexto mais estimulador para que o idoso torne-se mais ativo, participativo, independente, com autonomia e segurança. Segundo o mesmo autor, no Brasil, as políticas sociais produzem a desigualdade social, pois excluem as classes menos favorecidas da utilização de serviços públicos, impossibilitando de exercer cidadania.

A efetivação dos direitos garantidos aos idosos teve seu início com a promulgação da Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994, estabelecendo a Política e o Conselho Nacional do Idoso. Sendo que a partir da consolidação efetiva das políticas públicas houve a articulação dos ministérios setoriais para a formulação de um Plano de Ação Governamental, integrando a

Política Nacional do Idoso.

Esta lei decreta como finalidade assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Tendo como referência a Política nacional do Idoso, foi reconhecida a necessidade de tratamento especial aos idosos, promulgando o Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741 voltado às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, considerando o envelhecimento como um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos da Lei e da legislação vigente (artigo 8º).

Com base na legislação vigente, detalham-se os direitos dos idosos:

Quadro 1 - Descrição sucinta dos direitos dos Idosos de acordo com o Estatuto do Idoso

Direitos	Descrição
À vida	É obrigação do Estado, garantir ao idoso a proteção à vida, mediante políticas públicas que permitam o envelhecimento saudável e digno.
Liberdade, respeito e dignidade	A sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso os direitos civis, políticos, individuais e sociais.
Alimentação	Se os idosos ou familiares não possuem condições cabe ao Poder Público esse provimento.
Saúde	Receber assistência integral à saúde pelo intermédio do Sistema Único de Saúde, garantindo a preservação, promoção, proteção e recuperação da saúde.
Educação, cultura, esporte e lazer	À educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Cabe ao poder público criar oportunidade de acesso à educação. Os diversos níveis de ensino formal deverão inserir conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a respeito e a valorização do idoso. Desconto de pelo menos 50% para ingresso em atividades culturais, esportivas e de lazer; bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
Profissionalização e do trabalho	Ao exercício da atividade profissional, sendo vedada à discriminação e de limite máximo de idade, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigiu. Cabe ao poder público estimular programas de profissionalização especializada para os idosos, preparação para a aposentadoria.
Previdência Social	À benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão os termos da legislação vigente.
Assistência Social	A prestação conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes. Os idosos a partir de 65 anos que não possuam meios para prover sus subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurada o benefício mensal de um salário mínimo nos termos da LOAS.
Habitação	A moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares quando assim desejar, em instituição pública ou privada.
Transporte	A prioridade no embarque e gratuidade aos maiores de 65 anos nos transportes públicos urbanos.

Sua aplicação em nível estadual fica aos cuidados da Política Estadual do Idoso, que se torna efetiva pelas articulações das políticas setoriais, sob a coordenação da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social com a participação dos Conselhos Estaduais⁶ e Municipais do Idoso. Para que isso ocorra, é necessário que as Secretarias Estaduais responsáveis pelas políticas de saúde, esporte, cultura, educação, lazer e outras, elaborem programas que visem o atendimento às necessidades das pessoas idosas.

As Secretarias de Estado, além de responsabilizar-se por documentos legais, desenvolvem programas para idosos, um deles, de responsabilidade da Secretaria Estadual do Trabalho e Cidadania e Assistência Social possui uma ação intergovernamental da Política Estadual do idoso que visa coordenar, controlar, avaliar e executar ações relativas a esta. As linhas de ação se constituem em: promoção dos direitos sociais e atenção integral ao idoso; desenvolvimento de recursos humanos; qualificação de serviços de atenção ao idoso; desenvolvimento educativo, sócio-cultural e articulação e descentralização político-administrativa.

Para que essas ações se concretizem, é fundamental que os dirigentes públicos, sejam eles do âmbito Federal, Estadual ou Municipal, executem ações que atendam às necessidades dos idosos.

Em cumprimento ao disposto na Constituição Estadual⁷ foi instituída a mais recente política pública do Rio Grande do Sul, a criação do Programa Centro dia do Idoso (RIO GRANDE DO SUL, 2007), que tem por objetivo atender aos idosos que possuem família, mas que devido às necessidades sociais permanecem sozinhos em suas residências.

Com relação às iniciativas de política e legislação municipais, encontramos leis orgânicas; decretos; requerimentos; indicações, projetos e o conselho municipal dos idosos. A Lei Orgânica Municipal de Rio Grande rege-se, respeitando o estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, criada em 04 de abril de 1990, possui IV capítulos, não dispendo de leis específicas para os idosos, sendo encontradas as legislações que impõem obrigações aos órgãos e às entidades da Administração Municipal em outras Leis específicas. Embora desde 1982, o Clube de Idosos, tenha sido

⁶ A instituição do Conselho do Idoso foi determinada pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul no Art. 260, § 2º. Demonstrando a importância dispersada ao tema.

⁷ Constituição Estadual do Rio Grande do Sul determina que é dever do poder público “ estimular entidades particulares e criar centros de convivência para idosos e casas-lares, evitando o isolamento e a marginalização social do idoso” (Art. 260, inc. VII).

instituído pela Lei nº. 3678, de 20 de abril de 1982 (RIO GRANDE, 2007b) como de utilidade pública (Quadro 2).

Quadro 2 - Descrição da Legislação voltada aos idosos de âmbito Municipal

Ano	Lei	Descrição
1982	Lei nº 3678	Considera de utilidade pública o “clube dos idosos”.
1993	Lei nº 4763	Declara de utilidade pública a associação dos idosos da cidade do Rio Grande.
1997	Lei nº 5133	Dispõe sobre a instalação de elevador hidráulico nos novos ônibus municipais para permitir livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência física e motora, idosos, gestantes e doentes e dá outras providências.
	Lei nº 5180	Lei 5180 (depois alterada para 5810) que isenta os aposentados e pensionistas que ganham até 02 salários mínimos de pagar o IPTU.
2000	Lei nº 5444	Cria o Conselho Municipal do Idoso.
2002	Lei nº 5659	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por parte dos shopping center, de cadeiras de rodas para utilização por deficientes físicos e de idosos, e dá outras providências.
2005	Lei nº 6175	Declara de utilidade pública o PX Clube dos Idosos.

Fonte: RIO GRANDE, 2007b; 2007c; 2007d; 2007e; 2007f; 2007g, 2007h. Câmara Municipal de Rio Grande. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/pesquisa.php>.

Após a análise dos requerimentos, indicações e projetos de lei, constatamos que no período entre 1982 e 2005, ou seja, em 23 anos, que a Câmara Municipal de Rio Grande aprovou sete projetos de lei relacionados aos idosos: três declarando órgãos de utilidade pública; dois abrangendo o acesso de idosos e portadores de necessidades especiais a locais públicos; um em relação a pagamento de taxas de IPTU e outro criando o Conselho Municipal de Idosos.

Além disso, percebemos que houve uma preocupação por parte dos vereadores em criar uma comissão que tratasse de assuntos específicos dos idosos, como a sugestão da estimulação a programas de profissionalização, casa de idosos, centro dia e centro de convivências, assim como a criação da delegacia do idoso. Quanto às atividades de lazer, a única intervenção realizada pelos vereadores foi à criação de um sistema de fiscalização que garante o desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais e esportivos.

No que diz respeito ao Conselho Municipal do Idoso, criado em 09 de outubro de 2000, pela Lei n.º 5.444, composto por doze titulares que representam órgãos, entidades públicas e organizações representativas da

sociedade civil, que trabalham de forma direta e indireta com idosos compostas pela FURG; Prefeitura e suas Secretarias como, por exemplo, Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) e as entidades particulares: Grupo de Idosos de Rio Grande (GIRG) e Grupo Unido da Melhor Idade (GUMIRG).

O Conselho Municipal do Idoso tem como competência: Formular, coordenar, supervisionar e avaliar a Política Municipal do Idoso em Rio Grande (em conformidade com o estabelecido no artigo 7º da Lei Federal nº. 8.842, de 04 de janeiro de 1999. (RIO GRANDE, 2007f)

Os grupos de idosos no município

A Prefeitura Municipal do Rio Grande através da Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social desenvolve desde o mês de maio de 1998 atividades voltadas para os Grupos de Convivência de Idosos pertencentes ao Programa Municipal de Apoio ao Idoso a partir da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social. Esses grupos são atendidos em quatro zonas, sendo que as localidades são urbana e rural e os moradores atendidos são do entorno do bairro Hidráulica (Luz do Sol, 1998), Parque Marinha (Alegria de Viver,), 4ª Secção da Barra (Marujos da Barra) e Vila da Quinta (Renascer). (BALSAN; RAMIRES, 2007) Suas atividades são realizadas semanalmente com profissionais da área da educação e social.

Segundo Oliveira (2007), os grupos de terceira idade começaram a surgir devido ao crescente número da população idosa. Logo, os órgãos públicos e privados perceberam a necessidade de oferecer a essa população atividades para preencher o seu tempo livre. Assim, foram surgindo grupos com os mais variados objetivos e atividades. Em geral, não possuem um regulamento próprio, por estarem ligados a órgãos institucionais.

Estes grupos, por estarem ligados a prefeitura municipal, possuem praticamente os mesmos projetos, tendo suas dificuldades relacionadas aos recursos humanos, financeiros e espaços físicos para áreas de lazer. Quanto aos sucessos e conquistas alcançados pelos grupos, destaca-se a valorização dos idosos e a sua (re) integração na sociedade.

Outra entidade que atua com dois programas de extensão voltados aos idosos é Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O

Núcleo Universitário da Terceira Idade - NUTI, fundado em 1994 e o Núcleo Universitário da Terceira Idade – NUTI – Cassino criado em 2006. O NUTI foi o primeiro grupo de idosos criado no município de Rio Grande com vínculo à Universidade. Este teve seu surgimento a partir do projeto de resgate cultural dos idosos iniciado em 1992 onde são desenvolvidos os seguintes projetos: Grupo de Convivência; Grupo de Entre Ajuda; Ioga; Aulas de Espanhol; Aulas de Inglês; Alfabetização; Educação Física; Hidroginástica; Natação; Informática. São desenvolvidos, também, os seguintes projetos direcionados para uma efetiva integração comunitária: Grupo de Teatro; Canto Coral; Artesanato; Danças de Salão; Atividades Artísticas, Culturais e de Lazer.

O Grupo de Idosos NUTI/Cassino desenvolve suas atividades no balneário Cassino e tem como objetivo oportunizar aos idosos atividades de educação, cultura e lazer. Suas maiores dificuldades estão relacionadas a questões econômicas, já que o mesmo não possui verba para compra de materiais e ampliação de atividades, questões minimizadas pela adesão voluntária de acadêmicos da Universidade e comunidade riograndina. No Programa de Extensão são desenvolvidas as seguintes atividades: Discussão e reflexão de assuntos e temas de interesses; jogos adaptados; caminhadas; atividades recreativas e físicas; horas dançantes; comemoração de datas festivas; cursos encontros de confraternização; dança de salão; dinâmica de grupo.

Em 2006, em 23 de novembro, o Serviço Social do Comércio - SESC⁸ inaugurou o 29º Clube SESC Maturidade Ativa de Rio Grande com objetivo de construir um novo significado para o envelhecimento, contribuindo para a promoção da saúde e da qualidade de vida de seus sócios e da comunidade, sendo aceitos no clube, pessoas com idades acima de 50 anos, sem a cobrança de taxas. CALDEIRA, (1996 p.6)

Outras ações públicas municipais dão-se na Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer com propostas para os idosos, como por exemplo, o Projeto Bairros em Movimento, onde são desenvolvidas atividades como: danças, caminhadas, ginástica, jogos de damas, xadrez, bolão e bocha.

⁸ O Programa para Pessoas de Idade Avançada e Aposentada do SESC. No Rio Grande do Sul, o trabalho com idosos se efetivou realmente, na década de 80, quando surge o Trabalho Social com Idosos, que se baseava na realização de atividades de integração, como: bailes, passeios, reuniões de confraternização, oficinas, palestras, entre outras atividades. Hoje temos uma diversidade de atividades para pessoas maiores de 50 anos, que vão desde as tradicionais, voltadas para grupos de convivência, até programas de preparação para o envelhecimento saudável.

(Ver mais detalhes em Maturidade Ativa in: <http://www.sesc-rs.com.br/maturidade/clubes/index.htm>)

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), contribuiu para o lazer e re-inclusão do idoso na sociedade, através do Projeto Patrulha Ambiental Mirim, que teve sua 9ª edição em janeiro de 2007, contando com cerca de 50 patrulheiros mirins e 40 idosos, realizando atividades de arte-educação na praia do Cassino.

Algumas iniciativas isoladas também ocorreram na área de turismo. Em 2004 a Associação dos Guias de Turismo de Rio Grande (AGTUR) através do programa municipal de apoio ao idoso realizou o projeto uma hora de história – 2004 (JORNAL AGORA, 2004 p. 4). O projeto previa a realização de um passeio pelo centro histórico da cidade com acompanhamento de um guia turístico.

Divulgações referentes aos idosos no município

Ao verificar as reportagens do Jornal Agora entre os anos de 1998 a 2006 dos 2360 exemplares, destacam-se 153 reportagens relacionadas aos idosos, constatando-se que houve diferenças no total de reportagens em cada ano. Considerando a soma de todos os temas em cada ano, nota-se que no período de 2005 houve um maior percentual (20,26) de reportagens, sendo que o menor (4,58) foi registrado no ano de 2000. (Tabela 1)

Considerando a mídia como fonte e poder de conscientização da população aos direitos dos idosos, verificamos as reportagens do Jornal Agora entre os anos de 1998 a 2006. Dos 2360 exemplares, destacam-se 153 reportagens relacionadas aos idosos, constatando-se que houve diferenças no total de reportagens em cada ano. Considerando a soma de todos os temas em cada ano, nota-se que no período de 2005 houve um maior percentual (20,26) de reportagens, sendo que o menor (4,58) foi registrado no ano de 2000. (Tabela 1)

Tabela 1- Número de reportagens sobre os idosos, segundo as atividades desenvolvidas desde 1998 até 2006.

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Total	11	12	07	08	20	19	21	31	24	153
%	7,18	7,84	4,58	5,23	13,07	12,42	13,73	20,26	15,69	100

Fonte: Jornal Agora 1998 até 2006. Org. As autoras – 2007

Dessas 153 foram selecionadas 71 reportagens de acordo com o propósito da pesquisa. Sendo que entre os temas descritos no Quadro 3, as datas comemorativas foi o que apresentou maior percentual (21%) de reportagens enquanto que Atividades Físicas e Concursos concomitantemente obtiveram os menores percentuais (1%).

Quadro 3 - Descrição das reportagens selecionadas do Jornal Agora, no período de 1998 até 2006, no Município de Rio Grande-RS

Nº	Tema	Descrição
1	Atividades físicas	Jogos de integração.
4	Baile	Baile de carnaval (NUTI); Baile (Estrela Guia-Povo Novo).
1	Concursos	Projeto valoriza idosos brasileiros.
5	Datas comemorativas	Ano do Idoso; Ano Internacional do Idoso; Asilo comemora mês do Idoso; Comemoração de mais um ano de funcionamento do grupo de idosos do NUTI; Dia Nacional do Aposentado; Dia Nacional do idoso; NUTI apresentou show de talentos; NUTI comemora dia do Idoso; ONG faz festa de Páscoa; participação do NUTI na Semana do Idoso; Semana do Idoso (05)*.
3	Direito	Estatuto do Idoso (transporte coletivo); Estatuto do Idoso.
3	Divulgação de Grupo	Atividade do Grupo: NUTI, casa da Amizade, Prefeitura Municipal
1	Evento	II Conferência Estadual do Idoso; Conselho Estadual do Idoso participa da Conferência Nacional do Idoso; 5ª Região Sul da Melhor Idade; III Encontro dos Universitários da Terceira Idade; 8º Fórum Estadual do Idoso (02); III Encontro dos Idosos em Rio Grande; 6º Encontro Estadual de Estudantes das Universidades Abertas da Terceira Idade; 7º Encontro Estadual de Estudantes das Univesidades Abertas da Terceira Idade.
6	Festividades	Festa para idosos na Termasa e Tergrasa; Imoço de Comemoração da Semana do Idoso; Show de Talentos; Jantar de Reveillon Unidos da Melhor Idade; Tarde interativa na Bernadeth; Ecomuseu da Picada (PX Clube dos Idosos).
8	Outros*	Artigos sobre idosos: Velhice (01); Comissão de Assuntos Sociais (CAS); NUTI reúne candidatos a prefeito (02); Aposentados lembram Associação Ferroviária; Censo 2000.
5	Instituições relacionadas aos idosos	Programa SESC Maturidade Ativa (03); Passeios com idosos (01 hora de história). Instituto nacional do Idoso.
5	Qualidade de vida	Relato: Nunca imaginei chegar aos cem anos; Vida pós a aposentadoria. Musculação após os 60 anos, artesanato; Hobby, profissão e terapia; Vovó que descobriu o prazer de cantar os 60 anos.
9	Saúde	Campanha de Prevenção a AIDS prioriza a terceira idade; Campanha de Vacinação de Idosos (04), expectativa de vida e problemas; política de Saúde do idoso; Problemas de memória na Terceira Idade; Rio Grande atinge meta de vacinação dos idosos; Sintomas de Depressão no Idoso.

O número entre parênteses representa a quantidade de reportagens

* No item Outros foram classificadas as demais reportagens analisadas.

Fonte: Jornal Agora 1998 até 2006.

Org. As autoras – 2007

Como o foco deste estudo são as políticas públicas de lazer para a terceira idade na cidade do Rio Grande, optamos por apenas citar os dados encontrados nas edições pesquisadas e analisar as relacionadas ao lazer. Constatamos que são difundidas atividades realizadas em datas comemorativas. Bailes, encontros, palestras e jogos de integração foram realizados, porém oferecidos, geralmente, aos integrantes dos grupos de terceira idade.

É relevante mencionar que apesar das praças serem locais públicos e amplos, estes locais são pouco aproveitados e citados como espaço de lazer.

Considerações finais

Apesar da existência de legislações de políticas públicas de lazer para a terceira idade no Município de Rio Grande, poucas são as ações neste âmbito, fato preocupante, devido ao expressivo número de idosos residentes nesta cidade. Acreditamos ser imprescindível a reflexão da administração municipal e sociedade, no que se refere às políticas públicas de lazer voltadas à terceira idade, no sentido de planejamentos e ações envolvam o lazer e a terceira idade na cidade de Rio Grande.

Considerando a organização acerca dos Grupos de Idosos, como forma de participação e usufruto de benefícios legais e dos programas/projetos/ações do poder público municipal e convivência societária, eles podem servir de exemplo e motivação para a implementação de políticas públicas municipais de lazer no município de Rio Grande.

Embora os grupos estejam ligados a instituições públicas, constatamos apenas a existência de registro em cada Instituição, com dados básicos de identificação do coordenador, do número de integrantes e do endereço da sede e do coordenador. De acordo com as entrevistas, percebemos que seriam importantes normas padronizadas para um melhor entendimento e funcionamento dos Grupos e implantação de políticas públicas que, segundo os entrevistados, são insuficientes, principalmente quanto à inclusão dos menos abastados.

Assim sendo, notamos que a maioria dos programas dedica-se ao lazer pelo lazer, à ocupação pelo entretenimento, o que pode comprometer os níveis de cidadania e retardar processos de participação social, democratização e garantia de direitos. Logo, estes espaços podem e devem

atuar no campo sócio político, possibilitando a prática de ações e articulações que contribuam para o envelhecimento digno, ou seja, de acordo com os direitos conferidos a todos os cidadãos.

Referências:

BALSAN, Rosane; RAMIRES, Paula Florêncio. **Relatório de Iniciação Científica**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande: Superintendência de Extensão. 2007. Pré-Print.

BORGES, Maria Cláudia. Gestão participativa em gestão participativa em organização de idosos: instrumento para promoção da cidadania: In: FREITAS, Elizabete et al. (Org.) **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: GEBARA, Ademir et. al. **Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI**. 6.ed. Campinas: Papirus. 2001. p.161-180.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. São Paulo: Escala, 2003. 78p.

CALDEIRA, Mônica. Sesc lançará clube para a terceira idade. **Jornal Agora**, Rio Grande, 7 de set. 2006, p.6

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologie empirique du loisir**. Paris: Seuil, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000** - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

JORNAL AGORA. **Passeios para idosos**. Acontece. 2 abr. Rio Grande, 2004 p. 4.

MÜLLER, Ademir. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MÜLLER, Ademir; LAMARTINE Pereira da Costa (Org.). Lazer e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40.

OLIVEIRA, Márcia. **Os grupos de idosos municipais**. 20 jan. Entrevista a Rosane Balsan e Paula Florencio Ramires.

PEIXOTO, Clarice. **Terceira Idade**: De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, Renato P. Terceira Idade: Desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: UNATI: UERJ. 1997. 192p.

RIO GRANDE. Lei Orgânica. dia mês por extenso 1999. Reger-se-á por esta lei Orgânica e respeitando o estabelecido nas Constituições Federal e Estadual. Câmara Municipal de Rio Grande. Arquivos disponíveis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/arquivos/lista_arquivos.php?id_categ=3>. Acesso em: 27 set. 2007

_____. Lei nº 3678, 20 de abril de 1982. Considera de utilidade pública o “clube dos idosos” Câmara Municipal de Rio Grande. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=3678&pagina>>. Acesso em: 27 set. 2007

_____. Lei nº 4763, de 12 de maio de 1993. Declara de utilidade pública a associação dos idosos da cidade do Rio Grande. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=4763&pagina>>. Acesso em: 27 ago. 2007

_____. Lei nº 5133, de 19 de maio de 1997. Dispõe sobre a instalação de elevador hidráulico nos novos ônibus municipais para permitir livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência física e motora, idosos, gestantes e doentes e dá outras providências. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=5133&pagina>>. Acesso em: 17 ago. 2007

_____.Lei 5180, 27 de outubro de 2002 (depois alterada para 5810) que Isenta os aposentados e pensionistas, que ganham até 02 salários mínimos de pagar o IPTU. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=5659&pagina>>.Acesso em: 13 abr. 2007

_____.Lei nº 5.444, 09 de outubro de 2000. Cria o Conselho Municipal do idoso. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=5444>>. Acesso em: 26 abr. 2007

_____.Lei nº 5659, 11 de julho de 2002. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por parte dos shopping center, de cadeiras de rodas para utilização por deficientes físicos e de idosos, e dá outras providências. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=5659&>>. Acesso em: 26 abr. 2007

_____.Lei nº6175, 23 de novembro de 2005. Declara de utilidade pública o PX Clube dos Idosos. Pesquisa de leis. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/sistemas/pesquisa/exibir.php?numero=6175&pagina>>. Acesso em: 26 abr. 2007

_____.Projeto de Lei nº 68, 09 de agosto de 2007. Autoriza o executivo municipal a abrir créditos adicionais especiais na secretaria municipal de cidadania e assistência social Gabinete do Prefeito. Rio Grande, 2007. Rio Grande, ago.2007.

